

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

A ÉTICA E O SISTEMA BANCÁRIO NO BRASIL

Ricardo Ennio Beccari

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Securato

Dissertação a ser apresentada ao Departamento de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

São Paulo

2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Roberto Securato

Prof. Dr. Edson Ferreira de Oliveira

Prof. Dr. André Luiz Oda

Aos meus pais, Ennio Beccari e Dona Maria Lopes

Beccari (in memoriam), ao meu filho Ricardo

e aos netos, Matheus e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa não pode ser concluído somente pelos conhecimentos do autor. Assim, todos os presentes no seu círculo de trabalho contribuem direta ou indiretamente para sua finalização.

Indubitavelmente, a energia particular de cada um motiva para que o trabalho seja eficaz como a boa técnica o exige. Assim, o autor manifesta os seguintes agradecimentos.

Ao Prof. Dr. José Roberto Securato, pelas aulas ministradas, pelas oportunidades oferecidas ao meu desenvolvimento, pelo dinamismo, motivação e entusiasmo no que se refere aos estudos de Finanças, pela orientação, críticas, construções e conduta disciplinar para que o trabalho se tornasse conclusivo, e pela contribuição ao meu crescimento intelectual.

Ao Prof. Dr. Edson Ferreira de Oliveira, pela análise criteriosa e valiosos comentários, que contribuíram para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ao Prof. Dr. André Luiz Oda, pela orientação profissional, atenta e dedicada, e pelo exemplo de disciplina e perseverança.

RESUMO

O processo de Globalização Financeira intensificou-se nos últimos trinta anos tendo como consequência direta um expressivo aumento das volatilidades nos ativos financeiros, com graves consequências para os sistemas bancários.

A resposta da Sociedade a essas crises tem sido *ex-post*, caracterizando-se por um conjunto de medidas regulatórias, com embasamento jurídico. Entretanto, a gestão dos negócios bancários, como a de outro qualquer, está exposta aos problemas de agência e risco moral, pois existem normas para gerir as organizações, mas as relações se fazem por intermédio de pessoas, o que pode acarretar conflitos de natureza ética e moral.

Tendo em vista esse caos, o presente trabalho procura rever historicamente os conceitos de ética e moral e aplicá-los, limitando-o ao sistema bancário brasileiro com a finalidade de procurar evidências de comportamentos éticos, na gestão das operações financeiras.

Procurou-se, introduzir conceitos qualitativos de ética e, por meio de estudos estatísticos quantificá-los, obtendo-se uma proposta de possíveis Indicadores de ética do sistema bancário brasileiro.

ABSTRACT

The Financial Globalization process has intensified in the last thirty years, having as its direct outcome a significant increase in the financial securities volatilities, with serious consequences to the banking systems around the world.

Society's response to these crises has been characterized by a group of regulatory measures on the basis of the law. However, the managing banking businesses, as in any other industry, is subject to agency and moral hazard problems, because, in spite of there having norms to run organizations, the relations within it are made of people, and their behavior is always exposed to conflicts of moral and ethics nature.

Bearing this chaos in mind, this assignment provides a historical review of ethical and moral concepts and applies them to the Brazilian banking system, intending to investigate evidences on ethical behaviors in the financial operations management.

It was intended to introduce qualitative ethical concepts and to quantify them by means of statistical research, in search of potential ethical indicators within the Brazilian banking system.

SUMÁRIO

Relação de Tabelas	x
Relação de Gráficos	xi
CAPÍTULO 1. Introdução	1
1.1. Situação Problema	1
1.2. Objetivos	4
1.3. Metodologia	5
1.4. Descrição dos Capítulos	6
CAPÍTULO 2. A Ética e sua Aplicação na Sociedade Brasileira	7
2.1. O conceito de Ética	7
2.1.1. A Ética e a História	8
2.1.2. A Ética Grega	9
2.1.3. A Ética Cristã Filosófica	11
2.1.4. A Ética Moderna	12
2.1.5. A Ética Contemporânea	14
2.1.6. A Moral e a Religião	16
2.1.7. A Moral e a Política	17
2.1.8. A Moral e o Direito	19
2.1.9. A Moral e o Trato Social	20
2.1.10. A Ética e a Psicanálise	21
2.1.11. A Ética e o Marxismo	22
2.1.12. A Ética e a Ecologia	23
2.1.13. A Ética na Medicina	24
2.1.14. A Ética e a Bioética	25
2.1.15. A Ética e a Informática	26
2.1.16. A Ética e o <i>Marketing</i>	27
2.2. A Ética e a Sociedade	30
2.3. A Evolução da Postura Ética de uma Sociedade	34
2.4. A Sociedade Brasileira e a Ética	38
2.5. A Ética e a Responsabilidade Social	39

2.6. A Ética nos Negócios	40
2.7 A Ética Empresarial	42
CAPÍTULO 3. Metodologia da Pesquisa Realizada	45
CAPÍTULO 4. A Ética no Sistema Bancário Brasileiro	48
4.1. O Sistema bancário e a Ética	48
4.2. Indicadores de Padrões Éticos no Sistema Bancário	49
4.3. A pesquisa evidenciando indicadores de padrões de ética no Sistema Bancário Brasileiro	56
4.3.1. A definição dos bancos para a pesquisa dos padrões éticos	56
4.3.2. Relação de bancos pesquisados	56
4.4. Seleção dos indicadores de padrões de ética no Sistema Bancário Brasileiro	59
4.5. Evidências da Pesquisa	62
4.5.1. Hipóteses testadas para a amostra de 50 bancos	67
4.5.2. Hipóteses testadas para a amostra de 20 bancos	72
4.6. Comparação entre a amostra de 50 bancos e a amostra de 20 bancos	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de Bancos Pesquisados e Valor do Ativo Total	57
Tabela 2 – Indicadores Pesquisados	60
Tabela 3 – Número de Indicadores de Ética por Instituição Financeira	63
Tabela 4 – Indicadores de ética identificados para as 10 maiores instituições do <i>ranking</i> por ativo total	65
Tabela 5 – Indicadores de ética identificados para as 10 menores instituições do <i>ranking</i> por ativo total	66
Tabela 6 – Resumo das correlações e poder explicativo das variáveis, Lucro Líquido, Ativo Total, Patrimônio Líquido e Taxa de Retorno, versus Indicadores de Ética	72
Tabela 7 – Amostra dada pelo <i>ranking</i> dos 10 maiores e os 10 menores bancos por valor de Ativo Total	73
Tabela 8 – Comparação entre os R^2 - poder de determinação das regressões realizadas	82

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Regressão Linear Simples dos 50 bancos	
Ativo Total <i>versus</i> Indicadores Éticos	68
Gráfico 2 – Regressão Linear Simples dos 50 bancos	
Patrimônio Líquido <i>versus</i> Indicadores Éticos	69
Gráfico 3 – Regressão Linear Simples dos 50 bancos	
Lucro Líquido <i>versus</i> Indicadores Éticos	70
Gráfico 4 – Regressão Linear Simples dos 50 bancos	
Taxa de Retorno <i>versus</i> Indicadores Éticos	71
Gráfico 5 – Regressão Linear Simples dos 20 bancos	
Ativo Total <i>versus</i> Indicadores Éticos	74
Gráfico 6 – Regressão Linear Simples dos 20 bancos	
Patrimônio Líquido <i>versus</i> Indicadores Éticos	76
Gráfico 7 – Regressão Linear Simples dos 20 bancos	
Lucro Líquido <i>versus</i> Indicadores Éticos	78
Gráfico 8 – Regressão Linear Simples dos 20 bancos	
Taxa de Retorno <i>versus</i> Indicadores Éticos	80

Capítulo 1 – Introdução

1.1 Situação Problema

Nos últimos anos, de uma forma geral, as instituições públicas, privadas e as próprias pessoas físicas vêm, cada vez mais, se preocupando em manter uma postura ética. Muitos não percebem o fato, mas algo mudou na sociedade brasileira, exigindo, de algum modo, tal posicionamento.

No início dos anos de 1990, com o fim dos títulos e operação ao portador, surgiram os primeiros sinais para o mercado financeiro que **não se pode tudo**, há limitações. Assim, as entidades físicas e jurídicas passaram a se preocupar cada vez mais com a origem e o destino de seus recursos, levando-se em consideração o questionamento que sobre eles recai.

Uma outra mudança de postura também pode ser observada com relação ao meio ambiente. Basta, para tanto, observar a conduta dos administradores, que passaram a se preocupar com os danos a este causados, conforme Ferreira (2000).

Os ambientalistas estão preocupados com os efeitos do *marketing* sobre o meio ambiente e com os custos de atender as necessidades do consumidor, segundo Lisboa (2002). Os ambientalistas também estão preocupados com os danos tais como: a devastação de florestas, em Margulis (2003); a chuva ácida, em Motta (2002); a destruição da camada de ozônio, em André (2003) e o lixo tóxico comentado em Acseirad (2000); águas poluídas, segundo Vieira (2002); bem como a qualidade do ar, conforme Minayo (2000) e produtos químicos usados para a conservação de alimentos, segundo Costa (2001).

Nesse sentido, a indústria automobilística introduziu dispositivos para controlar a emissão de gases, em Azuaga (2000); a indústria de embalagens reduziu seu lixo, em Forlin (2002) e a indústria petrolífera criou a gasolina sem chumbo, conforme citado em Assunção (1999). Assim, as empresas, de um modo geral, começam a se ajustar aos novos tempos.

Como por exemplo, Mamede (2004) cita o Pantanal, onde já se promove a conservação da fauna, flora e o turismo, atualmente bastante efetivado, no encalço de que as atividades a ele inerentes tenham baixo impacto ambiental.

A Lei 9795/99 estabelece a **Política de Educação Ambiental** que é coordenada por órgão gestor dirigido pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e da Educação. A missão é aprofundar a educação ambiental em todos os municípios e setores do país, criando territórios sustentáveis.

Em outra diretriz, outra preocupação, diz respeito às práticas ilegais de empregadores, e versa sobre o trabalho forçado de trabalhadores, como em Abreu (2002). Nesse sentido, para coibir tais abusos, uma atuação conjunta, envolvendo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público Federal, Polícia Federal, INCRA, IBAMA e outras organizações governamentais e não-governamentais, está em exercício. Com efeito, pretende-se introduzir o tema na escola fundamental, a fim de esclarecer o que é trabalho escravo.

Um outro item importante de combate ao trabalho escravo, e que está sendo implantado, é o da formação de um banco de dados entre os Ministérios Públicos, com interferência nas linhas de financiamento dos infratores, bem como por meio da Fazenda Nacional, além da inscrição de tais infratores na dívida ativa da união.

Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Como guardião da lei, tem o dever de combater as fraudes — e a pior das fraudes é aquela que se utiliza da lei para burlar os direitos trabalhistas.

Nessa linha, apurando as ocorrências no Brasil, o Ministério Público tem atuado rigorosamente nos delitos cometidos contra o meio ambiente, bem como no trabalho escravo, entre outras faltas repreensíveis.

Outro problema, reconhecidamente nacional, está ligado ao consumidor, tendo em vista os inúmeros abusos contra ele facultados. O Código de Defesa do Consumidor dá garantia de proteção contra eventuais atos lesivos ou cláusulas leoninas que favorecem alguns em prejuízos de terceiros; no caso, o consumidor. A propósito, vale lembrar que a Lei 8078/90, regulamentada pelo Decreto nº 2181/97, exhibe o Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo-lhe normas de proteção e defesa.

Outro segmento que vem se agigantando, procurando estabelecer uma postura íntegra e transparente, segundo Fraga (2002), perante a sociedade são as organizações não-governamentais, em geral indicada pela sigla ONG. Tais organizações comparecem e se formalizam, nesse sentido, para evitar situações abusivas. São grupos e movimentos comunitários e sociais que, informalmente, traduzem vontades individuais e coletivas. Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não se aplica, pois pela nossa legislação só existe a associação civil ou a fundação privada.

Portanto, as observações registradas e os problemas apontados comprovam evolução de setores da sociedade brasileira, no sentido de obrigar o todo a se voltar para fazer o certo; procedimento, evidentemente, irmanado ao conceito de um ser ético.

Esta mudança de comportamento, não foi somente brasileira, pois ocorreram escândalos internacionais, e as sociedades passaram a clamar por uma postura ética e mais transparente por parte das empresas. Entre todos os segmentos de negócios, destaca-se o bancário que, por seu poder de interação com os demais agentes das economias, é um dos mais visados pelos órgãos reguladores e pela própria sociedade, no que se refere à transparência e padrões éticos.

Entre os autores que se dedicam ao tema, Moreira (2003, p.68-69), destaca a relevância da transparência do sistema bancário:

“O que de comum existe e o que está por trás de problemas bancários ocorridos em países emergentes como México, Venezuela, Rússia, Argentina e Turquia? O que aconteceu em episódios recentes nos países desenvolvidos como os que envolveram o tradicionalíssimo Banco Barings, na Inglaterra, e o Long Term Capital Management – LTCM, nos Estados Unidos? O que está encoberto no combalido sistema bancário japonês, no problemático setor financeiro da Alemanha e nos prejuízos fabulosos do Citigroup, do Credit Suisse, entre outros, por conta também, dos escândalos contábeis, envolvendo as megacorporações americanas Enron, Arthur Andersen, Xerox, Worldcom e Merck? Qual o motivo da quebra dos bancos Nacional, Bamerindus, Marka e Fonte-Cindam, no Brasil? Além de problemas peculiares a cada uma dessas instituições, o que há de comum entre elas, efetivamente, é um nível mínimo ou ausência de transparência do sistema bancário”.

O BIS - *Bank for International Settlements*, como um organismo internacional preocupado com procedimentos bancários, vem desenvolvendo recomendações no

sentido de ampliar o grau de transparência das instituições financeiras nos principais mercados. Esses estudos deram origem ao Novo Acordo de Capitais da Basiléia – NACB, em 2005, que dá grande ênfase aos procedimentos de transparência. Sobre o NACB, Moreira (2003, p.68-69), explica que:

“o documento *Embracing Banking Transparency* ultrapassa ser apenas um conjunto de normas e procedimentos, pois ele é o que possibilita uma melhor tradução do espírito NACB. Mais do que em nenhum outro instrumento do NACB, a questão da transparência é tratada de forma precisa, explícita e exemplificativa. Em nossa opinião, transparência é, portanto, a palavra chave do Novo Acordo. A implantação do NACB, que desde já provoca profundas mudanças no sistema financeiro mundial, é, sem dúvida, um importante passo na estabilização do setor bancário, com enorme potencial de redução do risco sistêmico inerente ao setor.”

Este trabalho parte do conceito de ética e de como as várias áreas de conhecimento humano vêm se preocupando em aprimorar os padrões e procedimentos éticos, para, em seguida, focalizar o segmento financeiro, especificamente o setor bancário no Brasil. Como outros segmentos, o setor bancário vem procurando desenvolver melhores procedimentos e, mais do que isso, vem procurando evidenciar, com maior clareza, seus padrões e procedimentos éticos, cada vez mais valorizados pela Sociedade.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho busca, portanto, identificar procedimentos ligados à ética, por parte das principais instituições financeiras brasileiras, com o objetivo de identificar se a existência desses procedimentos guarda alguma relação com o porte e o retorno oferecido por essas instituições.

1.2 Objetivos

As percepções apresentadas no item anterior permitem pensar em um processo evolutivo da postura ética.

O objetivo deste trabalho é estudar como, e em que medida, a questão da ética é tratada pelos bancos brasileiros. Mais especificamente, o objetivo é estudar

se existe relação quantitativa entre os indicadores de ética das instituições bancárias e os indicadores de resultados ou de porte dos bancos.

Os bancos criaram um sistema de *compliance*, conforme Bergamini Jr. (2005), “responsabilidade corporativa na conformidade com as regras”, ou seja, procuram estar de acordo com leis, decretos, portarias e demais normas que vigem em um sistema de postura ética. A missão deste trabalho é, portanto, procurar estabelecer uma relação entre a evolução da postura ética da sociedade brasileira com a preocupação do *compliance* dos bancos brasileiros.

No corpo do trabalho serão apresentadas diversas abordagens conceituais a respeito da ética em diversos ramos de atividades. Por outro lado, tendo em vista que o trabalho de pesquisa irá analisar o tema de ética em corporações do sistema financeiro, em particular instituições bancárias, optou-se por nortear a pesquisa relevando a ética empresarial, bem como, a responsabilidade social dessas organizações.

1.3 Metodologia

Para atingir o objetivo deste trabalho e estudar se existe relação quantitativa entre os indicadores de ética das instituições bancárias e os indicadores de resultados ou de porte dos bancos, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando literatura relacionada aos temas de ética, instituições bancárias e métodos quantitativos.

O trabalho iniciou-se pelo levantamento da literatura relacionada aos conceitos de ética, que incluiu pesquisa em livros, teses e artigos referentes aos procedimentos éticos nos vários segmentos do conhecimento humano. Buscaram-se autores nacionais e estrangeiros, referentes às tendências de desenvolvimento de padrões e procedimentos éticos.

Documentos como Leis, decretos, e publicações especializadas também fizeram parte do levantamento de dados, que incluíram informações contábeis das instituições. O trabalho utilizou também a pesquisa empírica a partir de dados e

informações indicadores de procedimentos éticos, apresentados pelas instituições em seus respectivos *sites*.

A partir dos dados coletados, adotou-se como metodologia estatística o modelo de regressão linear simples. Através da regressão, utilizando-se do método dos mínimos quadráticos, procurou-se estabelecer o grau e a intensidade do relacionamento da variável indicadora de ética com os índices econômico-financeiros das instituições. A metodologia de pesquisa utilizada será descrita mais detalhadamente no capítulo 3.

1.4 Descrição dos Capítulos

O capítulo 1 descreve a situação problema do trabalho, buscando fornecer uma visão geral sobre o que será tratado no decorrer da pesquisa. A metodologia utilizada na investigação, por sua vez, procura verificar a existência de uma relação entre indicadores éticos e outras variáveis econômico-financeiras no sistema bancário brasileiro.

O capítulo 2 apresenta uma retrospectiva do conceito e das práticas da ética e da moral nas diferentes sociedades, estabelecendo dentro da possibilidade, um comparativo com as diferentes instituições e outras ciências.

O capítulo 3 apresenta a metodologia a ser desenvolvida e aplicada na pesquisa entre os indicadores de ética propriamente ditos e os indicadores de resultados dos bancos.

O capítulo 4 acosta-se em buscar evidências entre a ética e o sistema bancário, através da pesquisa realizada que permite um tratamento estatístico dos dados, avaliando as variáveis propostas para esse estudo.

Nas Considerações Finais, à luz dos resultados obtidos, são feitas recomendações e reflexões para futuros trabalhos.

Capítulo 2 - A Ética e sua Aplicação na Sociedade Brasileira

2.1 O Conceito de Ética

Estabelecer uma escrita sobre ética, hoje, afigura-se difícil empreendimento, pois a sociedade humana se transforma no cotidiano, que já é tenso, e a vida parece sinonimizar sobrevivência. Segundo Zajdsznajder (2001, p.11), “no salve-se quem puder, prevalece um instinto animal nas formas mais variadas de conduta e comportamento”.

O que norteia o ser humano na modernidade é a idéia de processo financeiro; logo, as virtudes são deixadas de lado. A ética não cria moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições. O seu estudo é constituído por vários tipos de atos, entretanto, ética e moral relacionam-se. O termo **moral** origina-se do latim **mor** ou **mores**, significa costumes, normas adquiridas por hábitos; já o termo **ética** do grego **ethos**, significa **modo de ser** ou **caráter**. Assim, segundo Vázquez (2003, p.26), “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”, ou seja, é a ciência específica do comportamento humano, ou ainda ética é ciência e moral é comportamento.

A moral só pode surgir quando o homem supera sua natureza instintiva, passando para uma natureza social; isto é, como membro de uma coletividade, integrado em família, parentado entre si ou tribo.

Para regular o comportamento dos indivíduos, e deste com a comunidade, existe a moral. A moral é, então, forma de comportamento humano, normativa e factual, ou seja, atos que se conformam num sentido ou no outro, com as referidas normas mencionadas.

A moral é um fato social, só existe em sociedade e cumpre função social. O indivíduo interioriza normas e deveres, e são tais normas sancionadas pela comunidade. O ato moral do comportamento dos indivíduos é indissolúvel quanto aos aspectos ou elementos que o integram; a saber: motivo, intenção, decisão,

meios e resultados. O ato moral é parte fundamental, portanto, de um código vigente em uma comunidade.

Segundo Vasquez (2003, p.84), “a moral é um conjunto de normas, princípios e valores, segundo os quais são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estas normas, datadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas, livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal”.

Segundo Srouf (2000, p.29):

”Moral é um conjunto de valores e de regras de comportamento, um código de conduta que coletividades adotam, quer sejam uma nação, uma categoria social, uma comunidade religiosa ou uma organização. Enquanto que a ética diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, a moral diz respeito às representações imaginárias que dizem aos agentes, sociais o que se espera deles, quais comportamentos são bem-vindos e quais não. Em resumo, as pautas de ação ensinam o **bem fazer ou o fazer virtuoso**, a melhor maneira de agir coletivamente, qualificam o bem e o mal, o permitido e o proibido, o certo e o errado, a virtude e o vício. A ética opera no plano da reflexão ou das indagações, estuda os costumes das coletividades e as morais que podem conferir-lhes consistência”.

Segundo Arruda (2001, p.42) “a ética é a parte da filosofia que estuda a moralidade dos atos humanos, enquanto livres e ordenados, a seu fim último”, ou seja, é a parte da filosofia que estuda o ser humano, quanto a sua moralidade, relevando os atos humanos e qualificando-os se bons ou maus.

Com os conceitos anteriormente expostos, a moral e a ética, se aplicam a indivíduos ou a sociedades e distinguindo ao que é bom do que é mau para estes.

2.1.1 A Ética e a História

Segundo Vasquez (2004, p.267), “as doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e em particular pelo seu comportamento moral efetivo”. Nessa perspectiva, ética e história relacionam-se e

não podem ser vistas isoladamente, mas sim dentro de um processo de mudança e de sucessão.

Segundo Valls *apud* Ekuni (2002, p.51) “de acordo com a história, a reflexão grega, neste campo, surgiu como uma pesquisa na natureza do bem moral, na busca de um princípio absoluto da conduta. (...) Tradicionalmente, ela é entendida como um estudo, ou uma reflexão científica ou filosofia, e eventualmente, teológica sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos a ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos.”

A moral se forma por princípios, valores ou normas, e, mudando a vida social na história, muda a vida moral. Se tais valores, normas e princípios entram em crise, faz-se necessário refletir — é preciso justificá-los ou substituí-los.

Portanto, a moral é um fato histórico e, como consequência, a ética, por ser ciência da moral. As sociedades se sucedem e a moral bem como a ética, se sucede também. A moral e a ética são históricas, pois são decorrência de um ser, o homem, e, pela sua intrínseca natureza, é histórico, com os encargos materiais, práticos e espirituais.

2.1.2 A Ética Grega

Na antiga Atenas, conforme Vasquez (2004, p.268) “com o triunfo da democracia escravista sobre o domínio da velha aristocracia, com a democratização da vida política, com a criação de novas instituições eletivas e com o desenvolvimento de uma intensa vida pública, deram origem à filosofia política e moral”.

Segundo Ekuni (2002, p.51) “o indivíduo para viver em coletividade tem a necessidade de eleger determinadas normas e valores para que a liberdade e a igualdade sejam prerrogativas comuns. A idéia da ordem e de conviver com determinadas regras é um conceito muito antigo que teve origem na Grécia Antiga”.

Por outro lado, Sócrates, Platão e Aristóteles pensavam numa comunidade democrática limitada e local.

Ainda segundo Vasquez (2004, p.268) “Os sofistas constituem um movimento intelectual na Grécia V (a.n.e.); o vocábulo sofista é pejorativo, significa mestre ou sábio”. Reagem contra o saber mundano, pois o que atrai é um saber do homem especificamente político e jurídico. São mestres que ensinam a arte de convencer, ou retórica.

Vasquez (2004, p.268) lembra que Sócrates, nascido em Atenas, mestre de Platão, lança-se adversário da democracia ateniense. Acusado de corromper a juventude, é condenado a beber cicuta e morre. Para Sócrates, o saber deve voltar-se ao homem. Como se nota, a ética socrática é racionalista.

Para Sócrates, bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçam estreitamente. O homem age com retidão quando conhece o bem e o pratica, e, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e assim é feliz.

Platão, inimigo da democracia e discípulo de Sócrates, também nasce em Atenas. Na ética de Platão, transparece o desprezo pelo trabalho físico: o artesão apresenta-se em degrau social inferior. Na ética desse filósofo grego, encontramos a íntima unidade da moral e da política. Para ele, o homem se forma espiritualmente no estado e mediante a subordinação do indivíduo à comunidade.

Por outro lado, para Aristóteles, discípulo de Platão em Atenas, a supremacia pura é Deus. A ética de Aristóteles está unida à sua filosofia política. Prega que o homem deve viver em sociedade, isto é, não pode ser um indivíduo isolado enquanto membro de uma comunidade. Todavia, para ele, a vida em comum só é acessível à elite, cabendo aos escravos a exclusão da vida e da política.

O estoicismo e o epicurismo surgem no processo de decadência do mundo antigo grego-romano que se caracteriza pela perda de autonomia dos Estados gregos. Para ambos, a moral não é definida mais em relação à *polis*, mas ao universo.

Fundamentalmente, a moral é colocada pela necessidade física, natural do mundo. Assim, tanto para o estoicismo quanto para o epicurismo a ética é norteadada pela física. Para o estóico, o cosmos tem Deus como princípio: a vontade de Deus é determinante.

O sábio da época aceita o destino e age conscientemente. O bem maior é viver pela natureza, pela razão, sem paixões ou afetos. O indivíduo, assim, não necessita do mundo exterior, tampouco da comunidade.

O estóico vive pelo cosmos, e não pela *pólis*. Para o epicurista, por outro lado, o que existe é formulado pelos átomos. Não há intervenção divina. O epicurista alcança o bem sem religião — com muitos prazeres, retirado da vida social, rodeado de poucos amigos. A ética epicurista e a ética estóica surgem numa época de decadência e de crise social, e a moral e a política se dissolvem, não mais constituindo uma unidade.

A ética cristã medieval eleva-se sobre as ruínas da sociedade e torna-se religião oficial de Roma, impondo o seu domínio. Nessa sociedade, existe a quebra da economia e da política, e a religião garante a unidade social. A Igreja Católica por sua vez monopoliza a vida intelectual.

A ética religiosa, enquanto filosofia, parte naturalmente de Deus, das relações do homem como criador. Nessa ética, o homem deve fazer, não em relação à comunidade nem em relação ao universo, ou a vida em relação à polis, mas somente a Deus. A felicidade vem da contemplação a Deus: o amor humano a Ele está subordinado.

Desta forma, o cristianismo propõe a solução de problemas mundiais e introduz a riqueza moral, que é a igualdade dos homens. A ética moral tende a regular o comportamento dos homens com vistas a outro mundo, sobrenatural, colocando seu fim fora do homem, ou seja, em Deus. Com efeito, o cristianismo oferece princípios morais advindos de Deus; princípios estes imperativos e incondicionados.

2.1.3 A Ética Cristã Filosófica

Para Vasquez (2004, p.278) “o cristianismo não é uma filosofia, mas sim uma religião”. Trata-se portanto de uma fé, um dogma. Na Idade Média, a filosofia se insurge para justificar as verdades, apostando na razão. Nesse período da história, a

filosofia mostrava-se a serviço da teologia. Tal qual a filosofia, a ética também se subordina à teologia. A ética era limitada pela divindade religiosa e dogmática. Segundo Lima Vaz *apud* Silva (2003, p. 11):

“Um estudo sobre Ética que se pretenda filosófico deve dedicar-se preliminarmente a delinear o contorno semântico dentro do qual o termo Ética será designado e a definir assim, em primeira aproximação, o objeto ao qual se aplicarão suas investigações e suas reflexões, bem como a caracterizar a natureza e a estabelecer os limites do tipo de conhecimento a ser praticado no estudo da Ética”.

Nos problemas filosóficos, em geral, e morais, em particular, aproveita-se da herança da Antiguidade de Platão e de Aristóteles, submetendo-os a um processo de cristianização. Esse processo é visto com mais legibilidade na ética de Santo Agostinho (354 –430) e de Santo Tomás de Aquino (1226 – 1274).

A purificação de alma, em Platão, transforma-se em Santo Agostinho na elevação até Deus, que culmina na felicidade não alcançada neste mundo. Santo Agostinho afasta-se do pensamento grego, pregando o valor da experiência pessoal, a interioridade, a vontade e o amor. A ética agostiniana se contrapõe ao racionalismo ético dos gregos.

A ética tomista concorda com a de Aristóteles: Deus, para São Tomás, é o fim supremo, que causa gozo ou felicidade. Assim, aproxima-se de Aristóteles, pois a contemplação e o conhecimento são o meio mais adequado para alcançar o fim.

O homem, assim, é um ser social e politizado, e inclina-se a uma monarquia moderada como forma de governo; entretanto, considera que todo o poder divino de Deus e a supremacia advêm da Igreja.

2.1.4 Ética Moderna

Moderna, para Vasquez (2004, p.279) “é a ética dominante desde o século XVI até os começos do século XIX”. Embora existisse uma multiplicidade de

doutrinas éticas, a tendência era antropocêntrica, ou seja, teoria pela qual o homem é o referencial único.

A ética moderna ou antropocêntrica, no mundo moderno, é cultivada na nova sociedade causando mudanças gerais. Na economia as forças produtivas superam o desenvolvimento científico e o capitalismo produtivo amplia suas relações.

Com o surgimento da burguesia, nova classe social, preocupada com o poder econômico, e impondo a sua hegemonia política emerge, são criados os grandes Estados Modernos, únicos e centralizados.

Espiritualmente a religião deixa de ser ideologia dominante e a Igreja Católica não mais exerce liderança.

O homem adquire vontade e um valor pessoal. Projeta-se no centro da ciência, da política, da arte e da moral. O centro, antes atribuído a Deus, transfere-se para ele — passa a ser o absoluto em tudo, inclusive na moral. No século XVII, em Descartes, a tendência é a de basear a filosofia no homem; assim ele será reformado.

Segundo palavras defendidas por um dos principais filósofos da modernidade, Immanuel Kant *apud* Campos, Greik e Do Vale (2002, p.5),

“A ética traz à tona o conceito de que os seres humanos devem ser tratados sempre como o fim da ação e nunca como o meio de alcançar seus interesses”. Ele ainda afirma que “não existe bondade natural. Por natureza somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nos saciam, e pelos quais matamos, mentimos, roubamos”.

Segundo KERBS (2006):

“a ética moderna estabelece os valores de gastos do consumidor, seu tempo livre e a ociosidade. Mas isso não podia funcionar sem a exaltação do individualismo, a desvalorização de causas caritativas e a indiferença em relação ao bem público. A busca de gratificação, do prazer e realização individual é o ideal supremo. O culto à independência pessoal e a diversidade de estilos de vida tornam-se importantes. O pluralismo provê uma multiplicidade de valores com opções individuais, mas nenhuma delas autêntica. Diferenças ideológicas ou religiosas são tratadas como modismo e consideradas superficiais. A cultura da independência pessoal, do divertimento e da liberdade de expressão surge como algo sagrado. O irracional é legitimado através das afeições, intuições, sentimentos, carnalidade, sensualidade e criatividade. Tudo isso tem lugar na conjuntura de um axioma respeitado por

quase todos: minimizar a austeridade e maximizar o desejo, minimizar a disciplina e maximizar a tolerância”.

2.1.5 A Ética Contemporânea

As éticas que surgiram no século XIX, bem como a contemporânea e as doutrinas éticas atuais, permanecem exercendo sua influência na atualidade. É o caso das idéias de Kierkegaard, Sterner ou Marx, segundo Vasquez (2004, p. 284).

A ética contemporânea surge num período em que há grandes bases de progresso científico, técnico e de forças produtoras. Nesse momento, questiona-se a existência da humanidade, pois a ameaça que suas utilizações ocasionam é indiscutível.

Essa mesma ética conhece também o socialismo e uma reestruturação de princípios e comportamentos, diferentes daqueles que antes se apresentam ao mundo ocidental.

Marx tentou resgatar o homem concreto. Na leitura desse filósofo alemão, o homem é uno e indissolúvel, espiritual e sensível, natural e humano, teórico e prático, objetivo e subjetivo. O homem é produtor, criador, na arte e em outras atividades. É um ser social e histórico. Havendo mudanças na base econômica — acredita Marx *apud* Vasquez (2004, p. 291), altera-se a estrutura ideológica e conseqüentemente a moral.

Entretanto, historicamente, o agente da mudança é a classe ou classes que partilham desse mesmo interesse, assim, deduzem-se teses para a ética.

Ainda segundo Vasquez (2004, p.294), a moral cumpre função social. Nesse sentido, existem numa mesma sociedade várias morais, sublinhando-se que moral possui caráter relativo, tornando-se necessária uma nova para não se cair num moralismo imperativo. Por último, o homem deve intervir na transformação da sociedade. Assim, a toda tentativa de reduzir a participação ao cumprimento de uma moral ou de um ideal, Marx denominou “impotência em ação”.

Sob a ética do neopositivismo e a filosofia analítica, Vasquez (2004, p.294) agrega as correntes éticas contemporâneas que focam a análise da linguagem moral, desprendendo-se da ética dominada pela metafísica.

Vasquez (2004, p.294) cita a publicação de *Princípios de Ethica*, de G. E. Moore, em 1993, como o ponto inicial destas correntes, que têm como principais porta-vozes Ayer, Stevensom, Hare, Nowele-Smith e Toulmin. Esses filósofos foram neutros no que diz respeito à moral, não se posicionando nas grandes questões que norteiam a ética.

A seguir, em linhas gerais, observa-se, no terreno da ética o movimento que parte de Moore e reina até os filósofos analíticos de nossos dias. Moore se insurge contra toda ética que define o bom como propriedade natural, quando em realidade não é possível definir. Segundo Vasquez (2003, p.295), essa tentativa de conceituar a ética é definida como “falácia naturalista”. Para o autor, Moore entrelaça toda a ética naturalista, como a utilitarista ou como a ética metafísica, na tentativa de explicar o bom como realidade metafísica. Se o bom não pode ser definido, Moore afirma e conclui que só pode ser captado pela intuição.

Assim, novo passo é dado pelos positivistas lógicos, pois as correntes éticas nada representam, já que não existem propriedades tais como “bom”, “dever” etc. São somente expressões de emoção.

Logo, passa-se para o efeito da emoção na ética, pois não se enunciam fatos, e posições morais carecem de valor científico. Stevensom *apud* Vasquez (2004: p. 295) investiga o significado emotivo dos termos éticos, e na esteira, Ayer, o qual deixou a ética sem objeto, considera que deve ser estudada a linguagem emotiva. Na concepção de Stevensom, a linguagem ética não é só expressão de emoções nos outros.

R. M. Hare *apud* Vasquez (2004: p.296) segue esta linha de moral. E, finalmente, Nowell-Smith *apud* Vasquez (2004, p.296) sustenta que as palavras podem desempenhar num dado momento as duas funções emotivas, ou seja, a expressiva e a afetiva. Nesses termos, são inegáveis as contribuições dos filósofos analíticos na investigação da linguagem moral.

De certa forma, o que diz Mary Warnock *apud* Vasquez (2004: p. 296), após passar em revista a sua ética contemporânea, é o seguinte: “todas as analogias e

modelos destinados a esclarecer a linguagem ética tem o aspecto de tentativas preparatórias para limpar a mesa do jogo. É natural que nos sintomas logrados quando comprovam que, uma vez limpa a mesa, parece estar terminado, o próprio jogo”.

Portanto, para que o jogo se inicie, é necessário que se definam os juízos morais e a linguagem moral, e estes estejam vinculados com a moral da vida social que esteja vigorando.

Tão logo nasce, o homem possui uma diversidade de comportamentos. É um comportamento prático-utilitário e produtivo: reina confusão entre trabalho, arte, conhecimento e religião. Aos poucos, a sua conduta é enriquecida por escolhas, em geral pessoais, adquirindo ele feições muito próprias. Eis que o homem transforma a natureza com o seu trabalho. Existe também um comportamento estético ao se comunicar, tanto com a natureza quanto com as obras de arte que são, outrossim, as suas criações.

Um comportamento religioso também é inerente à sua conduta. Ademais, essa diversidade do homem com o mundo possibilita inúmeros e mútuos contatos, quer na esfera econômica, política, judicial, social, moral etc.

Nessas relações, determina-se qual o comportamento humano dominante, embora o que sempre domine é a exigência da sociedade quanto à produção de bens para a sobrevivência, ou seja, a estrutura econômica.

2.1.6 A Moral e a Religião

Segundo Keeling (2002, p.194-195), a fé cristã é fundamentalmente um engajamento ético, não em abraçar uma regra de conduta particular, mas de ingressar em uma nova vida onde reina a palavra de Deus. A fé cristã pressupõe certo equilíbrio entre visão e disciplina ou seja profecia e lei.

Para Vasquez (2004: p.89):

“religião é a fé ou a crença na existência de forças sobrenaturais, ou em um ser transcendente e sobre-humano, todo poderoso (Deus) com o qual o homem, está em relação

ou está ligado. (...) Se a religião oferece salvação aos males do mundo, é sinal de que os conhece, o que limita o desenvolvimento do homem. Por outro lado, se a religião valida a existência de outra vida, demonstra que não está conformada com os males deste mundo, emitindo assim um “protesto contra a miséria real”

Segundo Cardedal (1977, p.43), o homem que se torna crente e se integra na Igreja, não o faz precisamente porque ela seja uma instituição de natureza principalmente ética e ordenada para aperfeiçoar as qualidades da natureza humana na ordem moral, senão exclusivamente enquanto é de natureza religiosa. Na Igreja a graça de Deus é anterior à criação do homem. (tradução do Autor)

A religião armazena certa dose de moral; garantia da moral — considera Deus. Ressalta Vasquez (2004, p.90), recuperando palavras do romancista russo Dostoievski: “se Deus não existisse tudo seria permitido”. Nesse caso, a fonte da moral seria em Deus.

Inegável, no entanto, a existência de uma inspiração religiosa que regulamenta as relações humanas. Todavia, se Deus, no passado, era o fundamento e a garantia de vida moral, na modernidade, pessoas cada vez mais procuram no próprio homem o seu fundamento e a sua garantia.

2.1.7 A Moral e a Política

Se a moral regulamenta as relações humanas, a política estabelece relações entre grupos humanos.

Na política, procura-se de forma transparente estabelecer o que pensam determinados grupos sociais, observando-se os interesses, principalmente os econômicos. A política por sua vez é instrumento para conservar, reformar ou mudar a ordem social. Também imprime certa participação de setores da sociedade: a pessoa se faz coletiva e orienta-se para interesse comum.

Na moral, em contrapartida, o indivíduo toma decisões pessoais e eventualmente responde pelas conseqüências, apesar de as normas a que está sujeito serem de caráter coletivo.

Assim, segundo Vasquez (2004: p. 93) “a moral e a política se distinguem: a) porque os termos das relações que ambas estabelecem são distintos (grupos sociais num caso; indivíduos no outro); b) pela maneira distinta com que os homens reais (os indivíduos) se situam numa e outra relação; c) pela maneira distinta com que, numa e na outra, articula-se a relação entre o individual e o coletivo”.

Outra forma de distinção, se dá pela maneira como é articulada a relação entre o indivíduo e o coletivo. Política e moral, portanto, são formas de comportamento que não podem se identificar.

Nesse sentido, segundo Scantimburgo (2002, p. 94) “o político de carreira pode agir com a maior correção ética nos seus atos de vida, na família, nos negócios e outros, mas para conquistar os votos que lhe poderão assegurar a vitória nas urnas é capaz de praticar ações em que não se combina com nenhum traço de seu caráter”.

Por outro lado, a política realista, quando tenta atingir certas metas a qualquer custo, sejam quais forem os meios para alcançá-las, não se preocupando com a moral, conduz ao egoísmo, conduz à fragmentação do homem real, entre ser indivíduo e ser cidadão, e é o que bem caracteriza a sociedade moderna.

O que se vê é uma dissociação entre o individual e o coletivo, ou, ainda, entre a vida privada e a vida pública, quando da ação política, de modo que a moral opera somente na intimidade da consciência do indivíduo. A moral, por sua vez, não é privada ou íntima — é fato social e regula as relações entre pessoas; razão por que não pode ser separada da política.

A política afirma ou nega a moral e, na realidade, para ser eficaz, para se obter resultados, deve assegurar o consenso das pessoas; nessa direção, lança mão da moral. Moral e política assim mantêm relação mútua, pois o homem é um ser que vive em comunidade e se desenvolve individual e socialmente.

O homem não pode renunciar à política: é uma necessidade social; também não pode renunciar à moral: outra necessidade social. Segundo Vasquez (2004: p.

96) “por conseguinte, nem renúncia à política em favor da moral, nem exclusão da moral em favor da política.”

Em uma análise política se faz necessário contrapor a perspectiva dos que governam e dos que são governados. Os anseios de natureza ética fundamentam-se na aceitação e respeito pelo **outro**, que é a base para a democracia. É por isso que os direitos humanos na modernidade, constituem-se de um tema globalizado.

Conforme Lafer (1995, p.211) “em síntese, na lógica política da vida mundial e regional, a legitimidade dos Estados e das sociedades, o seu *locus standi* no plano diplomático, a sua credibilidade e seu acesso à cooperação internacional, se vêem reforçados com a promoção dos direitos humanos a sua proteção democrática. Por isso, democracia e direitos humanos, no plano interno, passaram a ser um ingrediente relevante de *soft power* no plano internacional”.

Em conseqüência, eticamente no futuro, vale a pena uma preocupação pela preservação e ampliação do progresso da humanidade.

2.1.8 A Moral e o Direito

O comportamento humano, na sua forma jurídica ou legal, tem estreito relacionamento com a moral. Ambos são regulados por normas, e estas regulam as relações entre os homens. O denominador comum entre moral e direito pode, em itens, ser assim enfatizado, segundo Vasquez (2004, p.97):

- “ a)O direito e a moral regulam as relações das pessoas por normas;
- b)as normas jurídicas e morais são imperativas, devem ser cumpridas;
- c)o direito e a moral procuram manter a coesão da sociedade;
- d)o direito e a moral são dinâmicos e podem sofrer mudanças para atender à sociedade

Entretanto, moral e direito possuem diferenças:

- a) A norma moral é cumprida pela convicção do ser humano. Em contrapartida, a norma jurídica deve ser cumprida mesmo sem que haja tal convicção;

- b) a norma moral, se não cumprida, não possui dispositivo estatal coercitivo — o que não ocorre com a norma jurídica, pois o Estado tem organismos e instrumentos para obrigar o indivíduo a cumpri-la;
- c) as normas morais não existem em códigos, ao passo que as jurídicas são formas: oficiais, em códigos e leis;
- d) a moral é mais ampla que o Direito;
- e) a moral cumpre função social; o direito — exercido coercitivamente — liga-se ao Estado;
- f) as normas jurídicas emanadas pelo Direito são únicas, ao passo que a sociedade, dividida em classes, pode ter multiplicidade de moral;
- g) a moral e o Direito têm características históricas. Se os homens voluntariamente atendem às normas morais, as normas jurídicas se reduzirão e haverá como consequência um progresso social”.

Assim, a sociedade superior substitui as normas jurídicas pelas normas morais voluntárias. Desta forma, a moral e o Direito possuem elementos comuns e possuem também diferenças; o Direito tem normas sancionadas pelo Estado, e a moral não exige essa sanção, porém se apóia na aceitação ou não da comunidade a qual exprime normas que são espontaneamente atacadas.

Segundo Bacciotti (2000), “Direito e Moral regulamentam as relações de uns homens com outros por meio de normas. Postulam, portanto, uma conduta obrigatória e devida. Nisto se parecem também, com o trato social”.

2.1.9 A Moral e o Trato Social

Tendo em vista Bacciotti (2000),

“A esfera Moral é mais ampla do que a do direito. A moral atinge todos os tipos de relação entre os homens e as suas várias forma de comportamento (qualquer comportamento pode ser objeto de qualificação moral). O direito, pelo contrário regulamenta as relações humanas mais vitais para o Estado para as classes dominantes ou para a sociedade em conjunto. Algumas formas de comportamento humano (criminalidade, por exemplo) se encontram na esfera do direito. Existe violação de regra jurídica . O mesmo se deve dizer de

certas formas de organização social como o matrimônio e a família e as respectivas relações. Outras relações entre os indivíduos, como o amor a amizade, a sociabilidade, não são objeto de regulamentos jurídicos. Somente moral”.

As normas que acompanham o comportamento não se limitam à moral ou ao direito. Determinados atos de convivência têm de seguir determinadas normas no cotidiano. A própria saudação, respeito aos idosos, cortesias são regras regidas através dos tempos em diversos países e em diferentes grupos sociais. Entretanto, esse trato social é mutável e sofre alterações na história; em geral, são aceitas as regras dos grupos sociais dominantes.

Como referência, segundo Vasquez (2004, p.102), o “burguês do século XVIII na França, com relação às boas maneiras da nobreza e assim também os artistas boêmios ou malditos quando mostravam o seu desprezo pelo mundo social, prosaico e utilitário em que viviam, não somente através de sua arte, mas também pelo seu desalinho no vestir”.

Assim, como o direito e a moral, o trato social regula as relações entre pessoas. São regras de comportamento, não são coercitivos: a impunidade inexistente, pois a opinião dos outros sanciona a sua desaprovação. O comportamento no trato social é formal e exterior, não reclamando a adesão íntima do indivíduo.

Dessa maneira, o trato social é constituído por um comportamento normativo cuja finalidade é regular, na forma e exteriormente, a convivência dos indivíduos em sociedade, mesmo sem o apoio íntimo do indivíduo e sem a necessidade de o Estado agir coercitivamente.

2.1.10. A Ética e a Psicanálise

Iniciada por Sigmund Freud (1856 – 1930), a psicanálise, como vertente psiquiátrica, ganhou vários ramos, liderados por Jung, Sullivan, Adler e outros — revisores, em certo grau, das teses do conceituado pensador vienense.

A psicanálise atesta que uma certa parte da personalidade do indivíduo não é consciente. Retêm-se na memória: fatos, desejos ou impulsos reprimidos que tentam escapar mas, de certa forma, são apreendidos pela consciência. Assim, o inconsciente é dinâmico, ativo — influi no comportamento da pessoa. Para Freud, a energia liberada é denominada libido e é dotada de sexualidade. Quando reprimida, origina-se uma doença chamada neurose. Freud distingue o “id”, que são os impulsos, o “ego”, que é a consciência, e o “superego”, que são as normas impostas de certa forma ao inconsciente. Durante a educação, valores e normas morais são armazenados no superego como consciência inconsciente.

Freud conclui que, se o ato moral é aquele que caracteriza a ação de uma pessoa de forma consciente e livremente, os atos que são praticados por meio de uma motivação inconsciente devem ser excluídos do campo moral. Por sua vez, a ética deve contemplar essa motivação, procurando considerar imoral o ato que é originado dessas forças inconscientes.

2.1.11. A Ética e o Marxismo

O marxismo explica as morais do passado, sugerindo nova moral. A teoria de Marx fundamenta-se na recuperação do homem concreto. Para esse pensador, o homem real é sensível, espiritual, natural, humano, prático, teórico, subjetivo e objetivo. O homem é “praxis”, ou seja, produtor, criador, mediante seu trabalho. Enquanto ser social, contrai relações; logo, é um ser histórico. Assim, formam-se relações econômico-social que sofrem mudanças ao curso da história. Com a mudança na estrutura econômica, muda-se também a moral. Nessas mudanças, o elemento principal é a classe ou as classes.

Assim, a moral é de natureza social; existem várias morais e de várias classes. A moral de cada sociedade é relativa. Nova moral sempre é necessária, já que o homem deve sempre interceder na transformação da sociedade.

Essas são, entre outras, as conclusões mais importantes no discurso de Marx.

2.1.12. A Ética e a Ecologia

Segundo Sung e Silva (2003, p.84), “ecologia é a ciência que estuda as relações de intercâmbio e transformação de energia entre os seres vivos, e engloba a relação de todas as coisas e com tudo que existe”. Assim, a ecologia é mais ampla, não se relaciona só com o meio ambiente, mas com a economia e com a política.

O termo ecologia vem do grego, “*oikos*”, que significa casa. Ecologia é o estudo da casa. Como o ser humano interage com o meio ambiente, pois pertence à natureza, deve com rapidez repensar sua conduta ante as agressões causadas a esse espaço que o circunda. Em território internacional, e em meio ao atroz progresso originado pelo capitalismo, vários países se mobilizaram a favor do meio ambiente; segmentos da sociedade assim expressaram preocupação com a natureza.

Na modernidade, não se pretende alcançar o céu com a morte, mas construir o paraíso na terra; e o caminho, acima de tudo, é o progresso técnico. A natureza não é ilimitada e, muito menos inesgotável.

Atualmente a destruição ambiental é grande, basta atentar para o efeito estufa, a poluição nas suas mais diversas formas, as chuvas ácidas gerando potencial de gravidade etc. Assim, a ética individualista do capitalismo se impõe à ética ecológica.

O tipo de sociedade moderna destrói as próprias origens de sua reprodução, isto é, a natureza e o homem. Conseqüentemente, assiste-se à exagerada valorização do capital.

A sociedade capitalista, no afã do lucro, devasta a natureza e estimula o consumismo. Este, por seu turno, gera produtos descartáveis agredindo a natureza e criando mais problemas ecológicos. A solução é, portanto, uma ação global, reformando a sociedade industrial.

2.1.13. A Ética e a Medicina

Conforme Fortes (1990) “a atividade médica, representando um dos principais componentes do processo de produção do setor saúde, pode se apresentar desde a forma de assalariamento até a prática autônoma, a medicina liberal. Apesar do progressivo assalariamento, ocorrido nas últimas décadas, pelo qual passa a categoria médica em nosso país, a atividade liberal ainda compõe uma significativa parcela de inserção dos médicos no mercado de trabalho, devido principalmente à adoção de formas conjugadas de trabalho autônomo-assalariado”.

A medicina notoriamente alcançou avanços notáveis na modernidade. Os laboratórios, os seguros-saúde, a indústria farmacêutica, os equipamentos para saúde são segmentos que se relacionam com a atividade médica e, por conseguinte, se vêem envolvidos em problemas morais e éticos.

As pressões a que este profissional se submete são fortes, e as dificuldades enfrentadas também o são. Assim, erros médicos são cometidos e a corporação busca proteger o que é imoral e antiético, adverte Zadjsnajder (2001, p.107).

Esse profissional da saúde, por sua vez, deve orientar seus pacientes de forma isenta dos apelos comerciais. Da mesma forma, todos os profissionais ligados à atividades de saúde, como fornecedores de equipamentos médicos, equipamentos e materiais de laboratório e produtos farmacêuticos, devem privilegiar os princípios éticos, na comercialização e divulgação de seus produtos e serviços.

2.1.14. A Ética e a Bioética

Tendo em vista as novas formas de reprodução humana, novos tratamentos jurídicos e éticos devem ser questionados.

Conforme Almeida e Schramm (1999):

“A crescente incorporação de tecnologia médica e as novas demandas sociais, inclusive de saúde, que tiveram início nos anos 60, impuseram importantes transformações na prática médica. Tal situação tem estimulado crescente debate filosófico em torno de problemas de ética prática que não mais encontram respostas no âmbito do modelo ético hipocrático. Para os autores, a crise da ética hipocrática poderia ser caracterizada como um período de transição paradigmática em que se estaria formando um novo conjunto de valores. A partir do movimento da bioética, os autores apresentam as diferentes teorias éticas aplicadas à prática médica, concluindo que a abordagem principialista seria mais adequada à resolução dos novos dilemas morais postos à prática clínica”.

Exemplificando, as técnicas *in vitro*, ou seja, em laboratório, onde existem bancos de espermatozoides e óvulos e que são fertilizados por doadores, ampliam as opções de reprodução. A biotécnica também gera outra estranha situação: pela biologia molecular aumenta a expectativa de duração da vida média. Entende-se por biotecnologia, conforme Denny (2003, p.8), como “modificação intencional do código genético de microorganismos, com seu plano de produção e que assim o seu patrimônio hereditário se fixe em determinado produto”. Assim, por meio da biotecnologia se interfere na substância genética, podendo ser originado um novo DNA e produzir nova forma de vida mas artificial, podendo ser acelerada a evolução natural.

Também pouco ético é interferir, por meio da biotecnologia, nas características humanas, predeterminando traços aceitáveis e desejáveis para futura adoção.

2.1.15 A Ética e a Informática

Na modernidade, que vem do século XIX até nossos dias, a técnica expandiu-se, gerando mais poder de criação para a atividade humana e para a sociedade. A técnica, hoje, mais que nunca está a serviço do capitalismo, favorecendo a acumulação de bens materiais.

A lógica se impõe e auxilia os organismos técnicos que são soberanos e se impõem. Entretanto, as mudanças dos padrões tecnológicos têm como consequência os altos custos sociais. A técnica atua como se dela emanassem os princípios éticos e morais. O homem e a técnica estão em plena comunhão. Lembra Dupas (2000, p.70) que Descartes dizia que a nova ciência faria do homem “o mestre e o senhor da natureza”, e que “a ciência é o centro e o cientista o sumo sacerdote”.

Na atualidade, os indivíduos defrontam-se com todo o tipo de tecnologia da informação, passíveis de dominação e lucratividade. A sociedade, por sua vez, aceita a supremacia da técnica, que tanto pode ser utilizada para o bem quanto para o mal. A sociedade, na pós-modernidade, habituou-se a armas de alto poder destrutivo, e com uma cultura valorativa de imagens violentas e destruidoras.

A técnica dita o que fazer, e o conhecimento tornou-se automatizado, impostos pela própria sociedade. Ao se pensar em uma nova ética para os tempos atuais, deve-se refletir e retornar aos princípios .

O modelo do ser humano tradicional é autônomo, responsável, determinado; e, gozando de suas próprias leis, não é controlado por nenhum poder exterior. Na sociedade contemporânea, pós-moderna, o homem se sente desprotegido, inclusive pelo próprio Estado, que antes o acolhia.

O futuro do homem é incerto, entretanto prega-se a longevidade. Pensa-se atualmente na necessidade iminente de uma nova ética, mas é improvável criá-la, assim como é difícil imbuir a sociedade desses novos princípios, mesmo contando com o mais poderoso instrumento da tecnologia da informação e comunicação.

2.1.16. A Ética e o *Marketing*

As empresas que atuam com responsabilidade, descobrem quais os desejos e necessidades dos consumidores e fornecem produtos bons, a preços justos, gerando valor e criando lucro.

“O Código de Ética da **ABEMD** - Associação Brasileira de *Marketing* Direto, constitui a auto-regulamentação do setor de *marketing* direto no Brasil, entendendo-se por *marketing* direto um sistema interativo que usa uma ou mais mídias para obter uma resposta ou transação mensurável em algum lugar” (ABEMD, 2006).

Assim, o *marketing*, segundo Kotler e Armstrong (1997, p.298), “conceitualmente tem a filosofia de servir ao cliente com ganhos mútuos”.

Essa prática conceitual direciona a economia para uma situação confortável entre o produtor e o consumidor. Entretanto nem todos os profissionais de *marketing* se utilizam desse conceito e certas empresas usam práticas mercadológicas questionáveis e afetam negativamente a sociedade, como é o caso, por exemplo, dos cigarros, pois para o fumante, o custo para adquiri-lo é considerável, o custo emocional e médico para a família é um grande encargo e o custo é ainda maior para a sociedade, para os indivíduos ao redor do fumante.

Em vista desse fato, os consumidores, órgãos governamentais e críticos têm acusado o *marketing* de causar danos ao consumidor. Conforme Kotler e Armstrong (1997, p.298): “quer seja, por promover preços abusivos, criar práticas enganosas, praticar vendas forçadas, colocar à venda produtos com qualidade duvidosa ou sem segurança, planejar a que o produto fique obsoleto, promover serviços de má qualidade para posição social desfavorável”.

O impacto do *marketing* na sociedade, e usando a propaganda como instrumento, é alvo de críticas, tais como, segundo Kotler e Armstrong (1997: p.299), “as pessoas são julgadas pelo que tem e não pelo que são”, e assim o *marketing* dá excessiva atenção a bens materiais, o que perante a sociedade representa sucesso profissional.

Por outro lado, as empresas têm sido acusadas de vender em excesso bens privados, e em aumentando esses os serviços públicos a eles vinculados, aumentam

muito. Por exemplo, a venda excessiva de automóveis, aumenta e requer mais estradas, mais estacionamento, mais policiamento, mais congestionamentos, mais poluição do ar, o que inegavelmente aumentam os custos sociais.

Por outro lado, o *marketing*, através da propaganda, cria poluição visual e cultural, segundo Kotler e Armstrong (1997, p.303), pois “os sentidos são bombardeados, com anúncios, outdoors, comerciais de televisão interrompendo programas importantes, poluindo a cabeça das pessoas com mensagens sobre materialismo, sexo, poder ou status”.

À luz dessas citações, “a empresa ética, deve estabelecer uma política corporativa de marketing ético”, segundo Kotler e Armstrong (1997, p.309). Essa política assim, deve incluir relações com distribuidores, critérios para propaganda, serviço ao cliente, política justa de preços, desenvolvimento do produto e indubitavelmente padrões éticos a serem seguidos.

Os produtos de quaisquer tipos de organizações devem ser esclarecidos sobre todos os aspectos ao público consumidor.

Desta forma, a empresa, ao assim agir, está eticamente considerando o consumidor e simultaneamente pensando em sua imagem.

Se houver algum problema com qualquer produto de uma empresa, esta com transparência, deve assumir as conseqüências, e providências gerais e não setoriais devem ser tomadas, garantindo assim à sociedade consumidora a tranquilidade de poder usufruir com segurança do referido produto. Finalizando, deve também a empresa, visando atingir a qualidade total, dar assistência ao consumidor e não se eximir de responsabilidades parciais.

No Brasil, o Conar, Conselho Nacional de Auto Regulamentação Publicitária, possui código de ética, referencial para profissionais desse ramo de atividade.

O gerente de vendas das organizações bem como seus subordinados devem ser transparentes quanto ao produto a ser comercializado e as reais necessidades do consumidor.

Vendedores ou equipe de vendas isentos de moralidade e ética, ao se defrontarem com consumidores sem a devida capacidade de discernimento,

constituem a mistura ideal para uma prática nada simpática junto à sociedade, gerando fonte de conflitos e afetando a longo prazo a imagem da organização.

A lei garante, por meio do Código de Defesa do Consumidor e Código Civil, que o legislador alerte com clareza e puna em face de vícios ocultos e redibitórios. Desse nodo, o profissional de vendas deve sempre orientar para o que é bom, correto, verdadeiro e ético.

Embora exista, suportada pela economia, a lei da oferta e procura, os dirigentes devem, além de atender aos requisitos legais — princípios de justiça e equidades —, agir eticamente quando houver escassez de determinados produtos quanto ao preço estabelecido, evitando assim a prática do superfaturamento. Ocorre que esses princípios devem ser estendidos mais amplamente aos profissionais da área de propaganda e comunicação.

Um exemplo, conforme Alberguini, Silva e Rezende (2003), diz respeito ao gerenciamento de resíduos químicos, que, segundo esses autores, “depende da conscientização e participação de professores, funcionários e alunos. Para que esse gerenciamento tenha êxito, é necessário desenvolver uma consciência ética com relação ao uso e descarte de produtos visando a prevenção da poluição e redução, reaproveitamento e recuperação de materiais, objetivando a preservação ambiental”.

A ética, a moral e a justiça, se ignoradas, podem danificar de forma irreversível o futuro das gerações atuais. O consumidor, tendo em vista esse mundo informativo, e, aí, incluem-se também a *internet* e *intranet*, pode sofrer corrosão moral proveniente de valores alterados e distorcidos, principalmente as crianças e os jovens. Uso indevido de imagens religiosas para efeito promocional também deve ser combatido.

A própria propaganda política deve conter ética, pois conforme Gomes (1994):

“a retórica é ineliminável em ambiente de competição discursiva. Por outro lado, não precisamos ser ingênuos e afirmar que, sendo a ética imprescindível, a retórica deve ser excluída da propaganda política. A ética da dimensão pública exige a mediação argumentativa dos conflitos e ensina a buscar o consenso, não precisamos torná-la um discurso ingênuo e inócuo. Portanto, deve-se partir do pressuposto de que a retórica não pode ser eliminada. Isto porque a política é necessariamente competitiva, a competição envolve sempre uma dose considerável de estratégia e ainda não foi inventada uma arte mais

perfeita de manejar estratégias argumentativas do que a retórica. Mas não há como confundir retórica e uso da retórica”.

2.2 A Ética e a Sociedade

Os valores morais têm muita vinculação com as normas da sociedade. Essas normas constituem a forma pela qual os valores morais são vinculados e adquirem um caráter normativo e imperativo.

A palavra moral **mor ou mores** significa **costumes**. Para Sung e Silva (2003, p.13), a sociedade tem preferido expressar “bons costumes” como sinônimo de moral ou moralidade.

Quando a sociedade aceita os costumes e valores morais estabelecidos por esta mesma sociedade, não há necessidade de muita discussão sobre eles, pois inexistente conflito. Quando então surgem conflitos relacionados à validação desses costumes, ocorre a necessidade de fundamentação teórica dos valores da sociedade.

Assim, surge o conceito de ética, originário do grego *ethos*: **modo de ser, caráter**. Importa frisar que Sung e Silva (2003, p.13) definem ética como “a teoria sobre a prática moral”, e daí se diferencia a ética da moral.

Ética seria então uma reflexão teórica que faz críticas e analisa ou legitima os fundamentos e princípios regentes em determinado sistema moral. Em geral, na história, os filósofos criticam a moral vigente e propõem um sistema ético novo, revolucionando valores e normas estabelecidos historicamente na sociedade.

Para Dupas (2001, p.104), “um claro paradoxo se instala nas sociedades pós-modernas. Ao mesmo tempo que elas se libertam das amarras dos valores de referência, a demanda por ética e preceitos morais parece crescer indefinidamente. A cada momento um novo setor da vida se abre à questão do dever”.

Em face dessa realidade social, a conduta do filósofo não é exclusiva, pois é inerente ao ser humano questionar os valores morais vigentes. A realidade gera a diferença entre o que “deveria ser” e o que “é”, segundo Sung e Silva (2003, p.14).

O conhecimento acerca da ética não é apenas de domínio acadêmico, sendo pois uma prioridade na sociedade, para a mais justa convivência entre os homens. Harmonicamente, o ser humano deve construir e conquistar o seu ser. Desafio da vida, é o processo de construção do novo ser.

A responsabilidade individual surge quando há relacionamentos com outras pessoas, que, direta ou indiretamente, passam a responder pelas conseqüências das ações e atitudes, pois delas dependem a convivência humana e a realização do ser humano. Essa responsabilidade gera liberdade e por certo oferece segurança aos indivíduos.

Ao se superar a visão da realidade existente é que se pode imaginar, sonhar. Enfim, idealizar uma realidade prodigiosa. Assim, se as pessoas se revoltam diante de uma situação desumana ou injusta, constatamos uma “indignação ética”, diriam Sung e Silva (2003, p.7).

As normas aceitas pela sociedade, quando injustas e péticas, causam tal indignação. A experiência do ser humano, ao praticar a liberdade de acordo com as normas impostas e aceitas como justas, permite desmascarar o mal, travestido de normal, e descobrir o bem e a justiça. Conduz, também, a uma mudança no futuro da sociedade: sempre visando a um presente melhor.

Ao assumir a prerrogativa de humanos, com necessidades e liberdades, os indivíduos tornam-se responsáveis por suas atitudes, isto é, pelos atos e ações, bem como pelas conseqüências que resultam dos impulsos mais ou menos conscientes. Quando as ações são conscientes, o ato é voluntário; se a grande maioria das ações é inconsciente, os atos afiguram-se involuntários. As ações também produzem efeitos intencionais e não intencionais.

O conhecimento dos efeitos não-intencionais releva a não redução das questões éticas do ser humano, e entender como esses sistemas interferem nas nossas ações e vidas é a preocupação.

O questionamento da ética mostra certas contradições. Um dos conflitos são os anseios, a curto prazo, e os objetivos, a médio ou longo prazo, a serem atingidos.

Existem interesses e alternativas imediatas que se contrapõem a objetivos maiores e num prazo mais longo. O importante é que sempre deve prevalecer o bem do indivíduo ou do grupo. Assim pode existir o conflito entre interesse imediato e de

longo prazo de um grupo social, bem como pode conflitar também o interesse pessoal e coletivo. Por outro lado, ninguém pode viver isolado, tanto do ponto de vista afetivo quanto material. Se cada um negar os direitos do outro, é impossível a vida em grupo social. Como afirmam Sung e Silva (2003, p.21), “por detrás das normas e valores morais, que regulam esses conflitos, reflete que um membro de uma coletividade não sobrevive se esta coletividade vier a se extinguir”.

Logo, a consciência ética que surge desse conjunto é diferente do conhecimento de valores e normas morais vigentes na sociedade, e jamais interesses particulares e imediatos devem ser colocados acima dos bens maiores da sociedade ou coletividade. O ser humano necessita ser construído, é um processo; necessita construir um mundo, uma sociedade — para si e para evitar o caos.

Daí, as sociedades tradicionais, conhecidas como pré-modernas, as que existiram antes da industrialização, como as que existem em locais que não conseguem se comunicar com a sociedade moderna ou mesmo mantêm relutância em manter tal contato. É o caso dos séculos XVI e XVII, em que os principais valores da sociedade eram tradição, honra e família.

A legitimação era ao redor da tradição. Novidades não eram admitidas, quer seja nos setores econômico, político e moral. As desigualdades eram legitimadas por meio de valores morais eternos, tanto pela religião como pela filosofia. O básico e fundamental não admitiam alteração ou mudança, e a sociedade humana não podia ao menos pensar em construir um futuro diferente. “O diferente era pecado e o paraíso não era na terra, mas no céu, pela graça divina” afirmam Sung e Silva, (2003, p.36).

A religião era a base da legitimação da sociedade estática. As normas morais, com seus valores, eram justificadas pela vontade divina, bem como usadas para a repressão a todas as tentativas de inovação e liberdade. Tal repressão implica, ainda hoje, uma leitura negativa da palavra moral. Assim a repressão incorria sobre a possibilidade de inovação ou libertação.

Por outro lado, nas sociedades modernas, capitalistas e socialistas, ocorreram grandes mudanças em relação às tradicionais. Uma inversão impera: o progresso é a base da sociedade moderna e a tradição passa a ser profundamente apreendida como negativa. O adequado era ser progressista na sociedade moderna,

em oposição aos conservadores da sociedade pré-moderna. O indivíduo, assim, é valorizado e se contrapõe ao coletivo que era a valorização anterior; em detrimento ao coletivo, o indivíduo é o centro desta sociedade moderna.

O progresso é ilimitado e as ações humanas conseqüentemente o são. O paraíso não é mais o céu, e sim o futuro, que, metaforicamente, será construído pelo ser humano, pautando-se na razão e na ciência.

O progresso técnico-científico é apresentado como via para o paraíso, e todos os anseios individuais — acredita-se — serão realizados. O novo passa a ser o sinônimo direto de melhor. O otimismo está em alta. Na história, a burguesia legitimou a nova ordem social, tornando-se indubitavelmente a classe dominante.

Com o progresso, eliminar-se-iam as doenças por meio da evolução médica, e a acumulação de riquezas ocorreria, pois a visão da época não conhecia limites, quer no tempo e no espaço, quer na capacitação da humanidade. Assim, a ordem social passa a ser reconhecida pelo progresso, e não mais pela religião e moral. No entanto, o progresso promove miséria, causando desequilíbrios no meio ambiente e pondo em risco a vida humana na terra. Se o progresso técnico se lança como a solução para todos os problemas, a ética começa a se dissociar da sociedade, sendo substituída pela técnica.

A burguesia, interiorizada pela nova ordem social, não é perfeita, e a técnica não dá conta de todos os problemas. Portanto, o mito do progresso não abafa tudo: morte, miséria, violência, corrupção, frustrações pessoais, dúvidas existenciais e desastres ecológicos ou desastres naturais, como a *tsunami*, continuam e continuarão existindo.

Por essa razão, a ética retorna e passa a ser discutida novamente em nossa sociedade. A sociedade e os indivíduos continuam a buscar respostas ao fundamental.

2.3 A Evolução da Postura Ética de uma Sociedade

Como já definido anteriormente, entende-se por moral um conjunto de normas e regras que regulam as relações dos indivíduos em sociedade; assim, o seu significado, a sua função e a sua validade devem variar nas sociedades.

Existe, historicamente, a moral que imperou na Antiguidade e durante o feudalismo na Idade Média, como há uma moral da burguesia na modernidade, e assim por diante. A moral é portanto dinâmica. Logo, se a moral é fato histórico, a ética como ciência da moral admite alterações no tempo.

Historicamente, Deus foi a origem da moral. Assim, as raízes dessa moral não estariam no homem, mas fora e acima dele.

A natureza também pode ser a origem ou fonte da moral. Nesse sentido, a origem da moral manifestar-se-ia por meio dos instintos: não estaria restrita aos homens, integraria também o mundo animal. Segundo Vasquez (2003, p.38), “Darwin chega a afirmar que os animais experimentam quase todos os sentimentos dos homens, tais como amor, felicidade, lealdade, etc.”.

Por sua vez, o homem, como origem e fonte da moral, seria eterno e imutável; e a moral, também eterna e imutável, cristalizando-se, perpetuando-se, atravessando mesmo alterações históricas e sociais.

Embora a moral seja intrínseca ao homem desde a sua existência, ela muda e se desenvolve de acordo com as várias sociedades. Entretanto, respondem às mudanças, em grande parte, a pré-história da moral, bem como a correlação entre transformação histórico-social e moral. Se isso ocorre, então existe um progresso moral ou uma evolução na postura ética da sociedade.

A moral, como já mencionado, só pode surgir quando o homem vence a sua natureza natural e instintiva e se torna membro de uma sociedade. Dessa forma, nasce a moral com finalidade de garantir o comportamento individual com objetivos maiores — os coletivos. Tudo o que colabora para a união da sociedade é representado como bom, sendo o seu contrário salientado como mau.

A linha divisória entre o bom e o mau é traçada, e apropriados são os deveres que emergem como obrigações comuns e direcionadas para o bem da sociedade.

Não existiam qualidades morais pessoais, pois a qualidade de um indivíduo é comum a outro indivíduo da sociedade. Assim, as condições econômico-sociais que permitem a passagem para normas morais se efetuam pelo aparecimento da propriedade privada e pelas diferentes classes existentes na sociedade.

Pelas mudanças que ocorrem na moral, vistas na sociedade escravista feudal estendendo-se à burguesia, comprovamos que, se na sociedade homens exploram outros homens, países exploram outros países, a moral se diferencia de acordo com os interesses.

Para se construir uma nova sociedade, na qual vigore uma moral humana, universal, devem desaparecer interesses antagônicos que dão origem às diferenças morais. Uma nova moral impõe mudanças de postura no trabalho, no espírito coletivista, na eliminação da posse, do individualismo, do racismo, nas atitudes para com a mulher e no trato familiar. Vasquez (2003, p.52), ao acenar para Kant, enuncia que a nova sociedade será aquela que “considera o homem como um fim e não como um meio”.

A nova moral somente surgirá quando condições econômica, social e política de um homem com atualizadas qualidades morais vigorarem. As diferentes morais mudam e as substituições ocorrem a fim de que haja renovações promissoras. Histórica e cronologicamente, quando se estabelece comparação entre a moral de sociedades, a recente apresenta moral mais avançada, mais elevada e rica do que a anterior. Exemplo clássico é o canibalismo em sociedades primitivas. Nas palavras de Vasquez (2003, p.54), “existe progresso moral e este não pode separar-se de uma sociedade para outra, ou seja, este não pode ocorrer sem o progresso histórico-social”.

O progresso moral e o progresso histórico, embora vinculados, não são iguais — e mesmo havendo progresso histórico não significa que haverá progresso moral. O homem produz quando em sociedade, estabelecendo relações, sendo prático e produtor. Assim, o tipo de sociedade e o grau de participação do homem nela são índices indicadores de progresso moral.

A produção humana é de escopo material e espiritual. Produz ciência, arte, direito e educação, e ainda muito mais. De fato, podemos falar em progresso histórico de proporção material, social e cultural.

Do ponto de vista histórico, a burguesia, enquanto classe social emergente, marchou no sentido do progresso. Progresso, diga-se, que a nobreza feudal procurou frear. Por outro lado, o progresso histórico-social de determinados países ocorreu retardando o de outros.

Conclui Vasquez (2003, p.56) que, o “progresso histórico social cria condições necessárias para o progresso moral e que este afeta positiva ou negativamente os homens de determinadas sociedades do ponto de vista moral”. Portanto, o progresso histórico influi positivamente no sentido moral.

O capitalismo, por sua vez, como processo histórico progressista, tem o sofrimento simbolicamente cravado em suas raízes. Crises, consorciadas ao progresso oriundo da técnica mecânica, degradam em larga medida a moral do operário. O progresso histórico, portanto, influi positivamente e/ ou negativamente na moral do homem em sociedade.

De outra forma, o progresso é mensurado pela amplitude da esfera moral na vida social; pois, não necessitando de normas para regular as relações entre os indivíduos, aumenta-se a moral. E a isso se deve o aumento de responsabilidades dos homens ou grupos no comportamento moral. Assim, o progresso moral, que consiste na negação de valores antigos e na aceitação de outros novos valores, verifica-se somente quando ocorre um progresso histórico-social que assume essa negação.

Por outro lado, em havendo o progresso moral, uma vez que a ética é um estudo que recai sobre práticas, atitudes, regras e ações humanas, deve-se saber qual o critério utilizado para avaliar a ação humana. Segundo Sung e Silva (2003, p.41), “o critério usado é a própria vida humana”. Partem do princípio, que a finalidade de existência da sociedade, é garantir a sobrevivência dos seres humanos, e com dignidade, tendo acesso a tudo que facilite o seu desenvolvimento.

A função da moral, nesse sentido, é dar orientação para se atingir tal objetivo. Assim a vida é o critério para avaliar os comportamentos e atitudes da sociedade. Hoje a ética exige mudanças de atitude, pois as ações de um têm repercussão imediata nas ações de outros. Isso ganha clareza ao se constatar os problemas ecológicos e raciais, as guerras e outros tantos conflitos praticamente sem solução.

Solução, bastante utópica, seria a participação de todos os grupos envolvidos na construção de uma ética cujos princípios e valores fossem por unanimidade aceitos. Segundo Sung e Silva (2003, p.43), “as duas vertentes mais presentes em nosso comportamento moral são a moral essencialista, herdada das tradições greco-latina e judaica cristã e a moral subjetivista, fruto da cultura moderna”.

A moral essencialista é, pois, constituída de um conjunto de normas que deve ser a base do comportamento moral. A raiz desses princípios toma por alicerce um fundo filosófico ou religioso. É a forma de moral das sociedades tradicionais.

Nessa moral, as influências estão calcadas nas normas e costumes, visando à união da sociedade. O que é “bom” ou “mau” para o indivíduo já foi antes definido, cabendo-lhe apenas acatar. Tais regras são exteriores ao ser humano; são elas de autoria divina.

O controle do cumprimento dessas normas é feito pela própria sociedade. E o grande castigo, pois, é ser excluído da comunidade, caso não haja reverência a tais normas. No caso dos critérios pessoais, o ser humano age conforme a vontade de Deus, a mesma que orienta todo princípio de justiça.

Na modernidade, mais precisamente por meio do Direito, o Estado exerce a aplicação da justiça, havendo assim um enfraquecimento da sociedade no que tange ao controle rigoroso do indivíduo. Assim, o essencialismo torna-se frágil na modernidade, o que não impede de adotado como comportamento moral, ou seja, as pessoas seguem o preconizado por filósofos ou religiosos.

A moral essencialista, entretanto, como forma de conduta, limita o campo da liberdade humana. Sendo a moral limitada, obedecida sem questionamento, não contribui para melhorar o convívio social, possibilitando tampouco a felicidade das pessoas. As regras de conduta, por sua vez, correm o risco de serem usadas como instrumento de poder e controle.

Se essas regras forem inflexíveis, não se adaptam às mudanças históricas e se contrapõem com as novas formas de ética na sociedade; o resultado é um conflito entre a moral de princípios e a ética da responsabilidade, ou seja, seguir princípios sem preocupar-se com as conseqüências.

2.4 A Sociedade Brasileira e a Ética

Na modernidade, que vai do século XVI ao XIX, tendo em vista a sociedade mais conservadora, firmada na tradição e nos costumes, o ser humano reage em função dos exageros praticados. Na atualidade, o indivíduo é, pois, orientado a não seguir a tradição e, assim direcionado a ignorar o conjunto de regras que vigoram no período em questão, deve ele eleger o que é melhor para si e para a sociedade.

A subjetividade é, na modernidade, o centro; ela busca a autonomia e a liberdade das pessoas. Essa postura, em que cada um procura o seu critério para julgar, produziu excessos e criou uma moral individualista. A máxima adotada é a de cada um por si, promovendo comportamentos cada vez mais egoístas. É a famosa lei que autoriza o indivíduo a levar vantagem em tudo — lei aliás muito estimulada na sociedade brasileira, já que a concorrência é prática comum no regime capitalista. Assim, o ser humano deixa de ser visto como um fim e passa a ser visto como um meio. “A moral individualista é a moral do capitalismo”, afirmam Sung e Silva (2003, p. 47).

Se a modernidade beneficiou a sociedade e o indivíduo facultando-lhes maior liberdade, não alterou, em contrapartida, a moralidade. Até porque a idéia básica do indivíduo se traduz na manutenção do interesse pessoal a qualquer custo, em incentivo ao imediatismo e ao egoísmo. A sociedade, hoje, é sem dúvida contraditória: de um lado, prega que o indivíduo deve falar apenas a verdade, que o próximo deva ser auxiliado, que devemos ser transparentes, e outras tantas proposições. Por outro lado, os comportamentos são comumente adversos, direcionados para conveniências pessoais. A sociedade age discricionariamente, apesar de bem conhecer as normas de conduta e os comportamentos ético e moral.

Os valores ético e moral antigos, são conhecidos, mas enfraqueceram; e o centro das ações se articula no imediatismo e no egoísmo. A moralidade individual prevalece à moral tradicional.

Valores como solidariedade e altruísmo, deveras considerados, são abatidos pelo egoísmo desacelerado. A sociedade tornou-se mesmo extremamente

competitiva. E, uma sociedade competitiva e não solidária impede que se rume para o bem comum.

2.5. A Ética e a Responsabilidade Social

A responsabilidade social é um dos focos de atenção das empresas, na atualidade. Investimentos têm sido realizados no sentido de associar produtos e marcas com as melhores práticas de relacionamento com a sociedade e o meio ambiente.

O administrador, ao pensar simultaneamente na empresa como um todo e no indivíduo, seguramente tem à mão os objetivos éticos idealizados. Os valores da empresa e do indivíduo devem, de forma corporativa, ter melhor combinação.

Segundo Zylbersztajn (2003),

“o Instituto Ethos caracteriza da seguinte forma a ação socialmente responsável das empresas: A responsabilidade social das empresas tem como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente. Ao adicionar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas conquistam o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores.”

Segundo Nash (2001: p.214), “pensar em termos de relacionamento, permanecer orientado para o outro, universalizar a opinião, ouvir pontos de vistas externos, colocar-se no lugar do outro, não são abordagens infalíveis nem são o caminho para uma solução automática dos dilemas éticos no trabalho, mas ajudarão a criar vontades de colocar a suposta infabilidade empresarial dentro de uma perspectiva maior”.

Por outro lado, Srour (2000: p.287) faz indagações como: “que tipo de contribuição nós, como empresa, damos ou podemos dar à sociedade?”; ou mesmo: “em que medida é ela positiva ou negativa?”.

Assim, pode-se constatar que os autores são unânimes quanto aos objetivos éticos a serem atingidos.

De outro ângulo, a responsabilidade social empresarial não pode ser usada como fachada. O bem da sociedade só poderá advir de uma reflexão maturada. As vantagens adquiridas em curto prazo serão diluídas ao longo do tempo, e um resultado falacioso será irreversível.

Deve-se, assim, firmar uma moral corporativa, estabelecida à luz da verdadeira ética empresarial, a partir de códigos éticos de conduta. O balizamento da moral empresarial deve ser arquitetado segundo as morais vigentes no país, com base nas quais deverão ser tomadas as posições. Os conflitos existentes na organização devem ser apurados e seguir a orientação moral corporativa estabelecida.

Essas medidas, associadas a um controle eficaz, viriam matizar os cargos da esfera diretiva, de forma a prevalecer decisões que beneficiem a coletividade em detrimento das ingerências individuais.

À guisa de conclusão, deve-se, no intento de atingir a ética por meio da moral, implementar novas culturas — o que significa mudança; mudança que inevitavelmente afetaria as relações de poder.

2.6. A Ética nos Negócios

Nos últimos tempos, têm-se realizado esforços no sentido de promover o desenvolvimento da ética na área dos negócios. Vê-se que cada vez mais a sociedade fabrica um discurso favorável para o fortalecimento de um padrão ético. Torna-se, pois, importante atentar para o fato de que os lucros e ganhos não estão acima de qualquer valor moral. Assim, andam na mesma direção: conduta com mais ética nos negócios, código de defesa do consumidor e proteção ecológica.

Nos negócios, quando nos preocupamos com a qualidade total dos produtos, estamos tentando atingir valores morais como honestidade, verdade e, de certa forma, a participação do empregado, gerando assim um ambiente ético nas

instituições. Entretanto, difícil é saber o que está no plano discursivo e o que de fato está no plano prático, bem como as suas conseqüências.

A satisfação do cliente é primordial, e nesse sentido os negócios procuram direcionar suas atividades o privilegiando. Afinal, o cliente não é só o meio pelo qual são obtidos os lucros .

Os negócios, tal prezam certos segmentos, devem envolver parceria. As relações, fornecedores, clientes e empresa preferencialmente constituem-se de um vínculo ético. Em vez de resultados imediatos, precisam criar contatos permanentes. As empresas, ao estabelecer parcerias, também diluem por sua vez o risco.

O estágio da ética nos negócios ainda é primário; se a ótica não estiver voltada para o empregado, leis trabalhistas são ignoradas, como ocorre na área fiscal. Os empresários brasileiros ferem a legalidade na tentativa de obter lucros, e assim a moral também é violada. Por sua vez, os envolvidos na relação com a empresa mantêm interesses próprios, corrompendo ainda mais o ambiente.

Nas relações com as empresas, os problemas éticos mais selecionados são os locais de trabalho, a invasão de privacidade e a falta de lealdade do empregado em relação à empresa. Fora da empresa também existe a concorrência desleal; os cartéis, por exemplo, emblemam certas ações antiéticas.

Segundo Nash (2001, p.6) , a ética nos negócios “é o estudo da forma pelo qual as normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de padrão moral separada, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua com um gerente desse sistema”.

E, nas palavras de Srour (2000, p.41), “as decisões empresariais não são inócuas, anódinas ou isentas, carregam um enorme poder de inadiação pelos efeitos que provocam”. Em termos práticos, afetam os *stakeholders*, que Gitman (2002, p.19) define como “grupos tais como empregados, clientes, fornecedores e outros, que possuem vínculo econômico direto com a empresa”.

Assim, as decisões na esfera diretiva das empresas conseqüentemente afetam ambientes externos e internos pela vulnerabilidade dos partícipes. Tem-se por fundamento a necessidade de implementação da ética nos negócios. Embora a empresa deva decidir qual direção e que decisão tomar, é muito importante que

pense na sua imagem; caso contrário, a sociedade tende a reagir em caso de falta de idoneidade.

A sociedade contemporânea, do século XIX até nossos tempos, não aceita a falta de ética e reage, atingindo administradores empresariais que não podem abdicar da responsabilidade. Conforme Srour (2000, p.43), a sociedade civil “faz política pela ética” e “lança mão, recorrendo à mídia, à justiça, ao boicote dos produtos vendidos, às agências de defesa do consumidor como PROCOM, Promotoria de Justiça e Proteção do Consumidor, Instituto de Pesos e Medidas, Centro de Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor”.

A ética, assim, pode germinar quando o poder de mercado empresarial está distribuído, e a clientela possui possibilidade de escolha.

As marcas que certas empresas detêm são como ativos gerados durante anos. Consomem-se, nesse processo, tempo e dinheiro para a manutenção da credibilidade. Não havendo transparência nos negócios, pode negativamente ocorrer alteração de sua imagem, e fatais são os reflexos econômico e financeiro.

A empresa pode agir de maneira egoísta, oportunista, tendo em vista a competitividade, mas com o tempo avultariam as dificuldades para se manter operando no mercado. Assim, a ética e a moral gradativamente se instalam nas relações de consumidores, empregados, competidores, fornecedores e governo.

2.7. A Ética Empresarial

Na atualidade, freqüentemente os indivíduos se defrontam com notícias veiculadas pela mídia, tais como as que atentam para improbidade, desonestidade, não atendimento ao Código de Defesa do Consumidor; e isto tem conduzido os indivíduos a procurar buscar na moral a ética como elemento balizador da sociedade — incluindo-se aí as empresas e seus relacionamentos.

O movimento é internacional, e na década de 1960 a Alemanha já se preocupava com a ética. O ensino da ética foi introduzido no cenário acadêmico pelos EUA, e daí resultou a Ética Empresarial.

É recente a proposta da sociedade, mas já são notórios os posicionamentos com vistas aos vários setores. No âmbito empresarial, o consumidor reivindica cada vez mais os seus direitos e torna-se mais exigente. Se, na sociedade, tendo em vista os conflitos de interesse, já se necessita recorrer aos princípios éticos, o que será no âmbito empresarial, onde os conflitos são de maior proporção. Choques culturais originam conflitos internacionais; daí as empresas avaliarem a ética com mais rigorosidade.

Em meados de 1990, o estudo da ética empresarial ampliou-se e foi criada a *International Society for Business, Economics and Ethics* (ISBEE). Assim, a empresa não deve só visar ao lucro, mas também ser responsável pela moral. Foram então revistos e aplicados nos sistemas econômicos os conceitos éticos.

Na América Latina, em 1998, o Brasil recepcionou o I Congresso Latino Americano de Ética, Negócios e Economia, e nessa época foi fundada a Associação Latino Americana de Ética, Negócios e Economia (ALENE).

Ainda no Brasil, o Ministério da Educação e Cultura, em 1992, solicitou que os cursos de Administração, graduação e pós-graduação, implantassem como disciplina obrigatória em seu currículo a Ética. Em São Paulo, cria-se em 1998 o Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, cujo objetivo é incentivar as várias instituições públicas e privadas no combate a tudo que é antiético.

Nas empresas, foram criados os códigos de ética, ditando os objetivos que as movem, conduta e comportamento de seus funcionários, e também dos *stakeholders*, ou seja os clientes, fornecedores, funcionários e todas as pessoas que de certa forma estão ligadas à empresa.

Em 1988, a nova Carta Magna do País — a Constituição Federal Brasileira — indica os princípios éticos que devem nortear a atividade empresarial, os quais seguem no “capítulo I, do Título VII, da Ordem Econômica e Financeira”, valorizando o trabalho e a livre iniciativa, reprimindo o abuso do poder econômico. O parágrafo 4º do artigo 173 dessa Constituição estabelece as práticas que devem ser evitadas ao se explorar a atividade econômica, pois ferem a ética empresarial, e dispõe que a

“lei reprime o abuso do poder econômico que vise a dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

Neste capítulo, tratou-se do conceito de ética e sua influência nas várias atividades humanas. As relações sociais levam à necessidade de observar esses padrões, nos vários estágios da evolução humana. Mais recentemente, a intensificação das relações empresariais aumentou a importância da observação de procedimentos de comportamento ético. As empresas, em geral, têm investido em construir códigos de ética, e, além de colocá-los em exercício, preocupam-se em dar evidências e transparência dessas práticas.

Este trabalho irá tratar, nos próximos capítulos, de um determinado segmento de atividade – o setor bancário. Será conduzida uma pesquisa visando relacionar o evidências de comportamento ético com indicadores de porte e rentabilidade dos bancos múltiplos privados brasileiros.

O próximo capítulo, mais especificamente, tratará da metodologia da pesquisa realizada.

Capítulo 3 - Metodologia da Pesquisa Realizada

Para atingir o objetivo deste trabalho e estudar se existe relação quantitativa entre os indicadores de ética das instituições bancárias e os indicadores de resultados ou de porte dos bancos, realizou-se uma pesquisa a partir de dados disponibilizados pelas próprias instituições bancárias.

A amostra foi selecionada a partir dos cinquenta maiores bancos múltiplos privados, apresentados pela revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil, referente a 2004, como pode ser visto na Tabela 1, a seguir. Os dados referem-se aos balanços do exercício social de 2003.

A partir da leitura e investigação das informações disponibilizadas por essas instituições financeiras, através de seus *sites*, foram identificados os procedimentos adotados, que revelam características de padrões éticos. Portanto, foram identificadas as seguintes variáveis dependentes: existência do *site*; código de ética; Fale Conosco; Segurança da Informação; Política de Qualidade; Outras Línguas; Institucional; Cultural; Política de Privacidade; Relação com Investidores, Governança Corporativa; Prêmios; Segurança; Responsabilidade Social; Oportunidades; Primeiro Acesso; Dificuldades no Acesso; Acesse sua Conta; Abra sua Conta; Quem Somos; Mapa do Site; FAQ's – perguntas freqüentes; Contatos; Demonstrativos no *Site*; Transparência.

Em seguida, buscaram-se os indicadores econômico-financeiros das instituições objeto de análise, definidos como variáveis independentes do estudo: como parâmetro para o porte das instituições, adotaram-se as medidas de ativo total e patrimônio líquido, para identificar se o porte das instituições é determinante do padrão de informações relacionadas aos procedimentos éticos. Buscaram-se também indicadores de lucratividade – lucro líquido e taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, medido como lucro líquido sobre patrimônio líquido, para pesquisar sua possível correlação com os indicadores éticos.

Foram testadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1:

H0: O porte da instituição, medido pelo total do ativo total, não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: O porte da instituição, medido pelo total do ativo total, influencia a evidência de procedimentos éticos;

Hipótese 2:

H0: O porte da instituição, medido pelo total do patrimônio líquido, não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: O porte da instituição, medido pelo total do patrimônio líquido, influencia a evidência de procedimentos éticos;

Hipótese 3:

H0: O lucro líquido da instituição não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: O lucro líquido da instituição influencia a evidência de procedimentos éticos;

Hipótese 4:

H0: A taxa de retorno da instituição, medido pelo quociente lucro líquido por patrimônio líquido, não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: A taxa de retorno da instituição, medido pelo quociente lucro líquido por patrimônio líquido, influencia a evidência de procedimentos éticos;

Para testar as hipóteses propostas pelo trabalho, adotou-se a seguinte metodologia estatística: modelo de regressão linear simples, conforme Levine *et al* (1998: 513-569), e Bussab e Morettin (2006: 436-454). Através da regressão, utilizando-se do método dos mínimos quadráticos, procurou-se estabelecer o grau e a intensidade do relacionamento da variável indicadora de ética com os índices econômico-financeiros das instituições.

A regressão linear simples, através do método dos mínimos quadrados, permite investigar se há ou não relação estatística entre as variáveis eleitas para o estudo. O fato de haver relação estatística não implica que há qualquer relação causal entre as variáveis, ou seja, não é porque há relação entre lucro e a

quantidade de indicadores de ética que podemos afirmar que lucro causa ética, por exemplo. Não importa o quão forte é a relação entre as variáveis, não é possível estabelecer nenhum padrão de causa e efeito entre elas.

A partir do modelo de regressão, buscou-se também estimar os coeficientes das variáveis independentes, assim com seus intervalos de confiança de 95%.

Ainda conforme Levine *et al* (1998: 513-569), as relações lineares entre as variáveis também serão medidas através dos coeficientes de determinação e de correlação.

O coeficiente de determinação, também conhecido como poder explicativo do modelo ou ainda a qualidade do ajuste, cuja nomenclatura é R^2 da regressão, é uma medida do efeito de usarmos uma variável independente na redução da incerteza relacionada à previsão da variável dependente, neste caso a evidência de indicadores de ética. Por sua vez o coeficiente de correlação é a raiz quadrada do coeficiente de determinação, e é uma medida mais comum da relação entre duas variáveis.

O método de regressão linear simples foi aplicado para as 50 instituições listadas na tabela 1, buscando testar as hipóteses propostas.

Em seguida, o mesmo método foi aplicado para os extremos da relação de bancos, ou seja, para os dez primeiros bancos – as instituições listadas de 1 a 10, e para os 10 últimos bancos – as instituições listadas de 39 a 50, na tabela 1. Foram excluídos o Rabobank, tendo em vista que o banco não possui *site* em língua portuguesa e o Baneb porque foi privatizado em 1989 e vendido para o Bradesco, conforme Correio da Bahia (2006). Procurou-se, com esse procedimento buscar indicações da significância da correlação entre as variáveis e o porte das instituições.

Capítulo 4 - A Ética no Sistema Bancário Brasileiro

4.1 O Sistema Bancário e a Ética

Nascido como uma necessidade da Revolução Industrial inglesa, segundo Doellinger (2001/2002) sob o estímulo da máquina a vapor, e em razão do crescente aumento das atividades comerciais, as instituições bancárias vêm, paulatinamente, incorporando o cotidiano da sociedade moderna, seja participando e propiciando financiamento às negociações nacionais, seja estimulando dando sustentação ao comércio internacional.

O final do século XIX desponta como o período do grande crescimento econômico da Europa e, paralelamente a essa contínua evolução do sistema bancário, surgem também as caixas econômicas e os bancos agrícolas na Alemanha e Suíça.

Dessa forma, no cotidiano do mundo atual, é imperativo o vínculo com atividades bancárias. Por meio dos serviços bancários é que salários são recebidos, poupanças são alimentadas, financiamentos de consumo e investimentos são realizados, pagamentos de contas se consolidam, contratos são atendidos e sofrem liquidação, correntistas operam recebendo e pagando, e transferências de valores são efetivadas, bem como as mais diversas operações são realizadas através do dinheiro eletrônico.

Trata-se de uma evidência, portanto, a presença do sistema bancário envolvendo toda a sociedade econômica e financeiramente ativa, nos mais diversos ramos de atividade. Depositário da credibilidade popular, hoje, um sistema bancário consiste em uma rede de bancos, interagindo entre si, e que, com amparo legal, atende ao consumidor de todos os segmentos sociais, abrangendo o grande investidor com operações nacionais ou multinacionais de grande porte, assim como o mais humilde operário que para ele converge em busca do recebimento de uma pequena aposentadoria ou pensão.

Do exposto, é imediata a questão das responsabilidades éticas dos bancos para com todos os participantes da sociedade: clientes, fornecedores, concorrentes, parceiros e o governo e órgãos públicos em todas as instâncias.

O alcance de uma tão forte presença do sistema bancário na sociedade é que motivou o nosso trabalho. Ou seja, trata-se de questionar, no âmbito da influência bancária, por quais padrões éticos se pautam tais instituições no que se reporta à prestação de seus serviços. Ou, ainda, em que medida tais atividades bancárias são permeadas ou atravessadas por valores éticos e, principalmente, quais seriam eles e em quais operações ou intenções de prestação de serviços poder-se-ia detectá-los.

Com tal objetivo, um primeiro passo da presente pesquisa busca localizar as origens primeiras dos indicadores de padrões éticos nos bancos.

4.2 Indicadores de Padrões Éticos no Sistema Bancário

A partir de 2006 deve vigorar o Novo Acordo de Capitais que é o alvo do Comitê da Basiléia, em especial o Pilar 3, afeito diretamente ao mercado e cujo alvo principal centra-se na questão da transparência, entendida como um mecanismo cuja finalidade é a de proteção aos que fazem depósitos, necessidade evidenciada tendo em vista o grande número de escândalos ocorridos em organizações e instituições financeiras americanas.

Nesse caso, há que se avocar a importância de que se reveste o NACB – Novo Acordo de Capitais da Basiléia, principalmente no que concerne às recomendações exaradas neste documento referentes às informações obrigatórias a serem fornecidas pelos bancos, bem como às providências do Banco Central do Brasil.

Também chamado de Basiléia 2, o NACB vem em continuidade ao processo iniciado em 1974, ocasião da criação do Comitê da Basiléia, passando a vigorar a partir de 1988. Formado em 1974, o Comitê da Basiléia foi formado pelos bancos centrais dos países integrantes do Grupo do 10 (G-10) : Bélgica, Canadá, França,

Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

Segundo Securato (2002, p.198) : “as decisões desse comitê não possuem força legal ou autoridade supervisora supranacional. No entanto, são amplamente aceitas por estimularem a convergência das técnicas de supervisão bancária dos países membros a padrões e abordagens comuns, o que viabiliza o fluxo de capitais entre os países sem impor barreiras, mas garantindo a segurança desses capitais”.

Assim, o NACB acaba por abranger todos os agentes econômicos e financeiros e de forma globalizada, apoiando-se em três pilares: o NACB consiste no Pilar 1 que exige o mínimo de capital e estabelece que os bancos em função do tamanho devem estabelecer a forma de gerenciar o risco. Já o Pilar 2 consiste na supervisão bancária contínua e avaliação sob sólidos controles internos. O Pilar 3, por sua vez, constitui-se de uma disciplina do mercado, fortalecendo a transparência do sistema bancário e incentivando a práticas sólidas e seguras.

Nessa óptica, a transparência e a supervisão contínua transformam-se em importantes mecanismos para a manutenção da estabilidade dos bancos e do sistema financeiro, cabendo aos supervisores bancários a tarefa de estabelecer paradigmas mínimos de confiabilidade na divulgação daquilo que diz respeito às informações.

Na concepção de Moreira (2003, p.55) deve haver “*Disclosure*, que é, um complemento à supervisão”.

A divulgação pública da informação, quando confiável, tanto quantitativa quanto qualitativamente, permite que os usuários avaliem a atividade, o risco, as práticas dos gerentes e a performance da instituição bancária. Trata-se de constituir um Comitê capaz de gerar e gerir ações e condutas transparentes que aliadas a uma supervisão bancária, refletem o comportamento ético do sistema bancário como um todo.

Cabe ao Comitê articular, continuamente, com as partes interessadas, um aperfeiçoamento das práticas bancárias, de certa forma buscando uma padronização da atividade bancária, com alcance internacional, mobilizando adequados e eficientes padrões de conduta a serem viabilizados por todas as organizações envolvidas, bem como seus segmentos.

Assim, embora tal Comitê não possua força legal, deve concentrar-se e responsabilizar-se por incrementar a prática das recomendações mínimas.

No Brasil, recentemente o Banco Central do Brasil (BACEN) passou a introduzir um controle e uma supervisão bancárias diferenciadas atendendo aos 25 princípios sugeridos no Acordo da Basiléia, cuja finalidade é a transparência.

Aliás, o BACEN tem demonstrado tais intenções de elevar o índice transparência, desde a Resolução 2099, do Banco Central do Brasil, de 17.08.1994.

A Resolução 2554 de 24.09.1998 do Banco Central do Brasil, que institui o programa de controle procedimentos internos, postula que eles sejam claros e objetivos e que sejam do conhecimento de todos os funcionários, estabelecendo limites a alcances de responsabilidades, de modo a evitar conflitos de interesses. Sugere, também, a necessidade da existência de um responsável pelos controles internos, o qual deverá se reportar diretamente ao controle da administração.

Essa postura, segundo Moreira (2005: p.57) “inaugura uma legislação sobre *compliance*”, isto é, um conjunto de regras e normas que estabelecem posturas éticas específicas, fundando uma nova fase do BACEN, aberto às sugestões do público e objetivando que sejam legisladas normas mais realistas no atendimento dos direitos da sociedade, de forma a não se perde o foco da transparência e , paralelamente, conquistando maior fidelidade e credibilidade.

Nesse sentido, segundo Brito (2005, p.74), “as atividades do *compliance* têm como objetivo mitigar o risco da imagem da instituição, através do monitoramento dos processos de cumprimento das normas internas e externas. O objetivo claro e primordial dessas medidas, é o de reduzir o risco de prejuízo para clientes e credores e confiabilidade no sistema bancário”.

Tecnicamente, para diferentes países onde a contabilidade, a legislação e o fisco apresentam um perfil diferenciado, ainda que o Comitê não deseje tecer comparações tendo em vista a padronização, ressalte-se que há, porém, uma forte pretensão de se garantir um mínimo de estabilidade.

Espera também o Comitê que, simultaneamente, aos instrumentos de transparência e de divulgação, a supervisão pratique controles internos, por meio de um sistema de auditorias contínuas, tanto internas como externas, cujo propósito se centra no estabelecimento de padrões éticos a serem seguidos.

Face à rapidez com que os riscos ocorrem nas atividades das instituições financeiras, os bancos devem ser transparentes em seus processos de avaliação de risco, tendo em vista a recomendação do Pilar 3 cujos padrões a recomendam o envolvimento da alta administração na avaliação dos riscos. Conseqüentemente, organizações bancárias de maior porte devem instituir mecanismos mais complexos de controle de risco, de forma que bancos menores podem se pautar por paradigmas menos formais.

Levando em conta que as operações de maior risco são as de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de risco legal, os bancos devem monitorar também tais exposições, além da prática contínua de controles internos.

Apesar da discricionariedade, a supervisão bancária deve ser transparente, pois, segundo Moreira (2005, p.60), “quando uma sociedade democrática confere independência a seu banco central, e, portanto, a um poder substancial sobre sua economia, em troca essa sociedade tem direito de exigir imputabilidade”.

Em um tal enfoque, é possível perceber que o banco não necessita ter divulgado de todas as informações, mas expor-se ao máximo grau de transparência possível, até o limite da credibilidade.

As informações a serem fornecidas devem ter a característica de serem, ao mesmo tempo, básicas e gerais, com materialidade, ou seja, ocultá-la ou omiti-la pode influenciar decisões; devem ser freqüentes, devem ser comparáveis a certos *benchmarks* do mercado e devem ser submetidas a comprovações oportunas e confiáveis.

No sentido da transparência as recomendações dirigidas ao sistema bancário enfocam a necessidade de que se saibam as informações sobre a performance financeira do banco e os demonstrativos financeiros devem incluir relatórios sobre receitas e despesas, taxas e comissões cobradas, outras receitas não operacionais, despesas operacionais, perdas e resultado líquido por ação, rentabilidade média dos ativos, margem operacional bruta e líquida.

Todas essas informações sobre a posição financeira devem conter valor dos ativos, obrigações, empréstimos, investimento em ações e em ativos fixos, dentre outras estabelecidas pelo comitê.

Da mesma forma, não devem ser marginalizadas as estratégias e práticas de gerenciamento de risco. Os supervisores de bancos devem ser informados sobre as exposições de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e outras a que a instituição está exposta. Cabe-lhes também estar cientes de informações atinentes às práticas contábeis de outros países.

É necessário, ainda, para que a atividade do sistema bancário seja transparente, que os avalistas sejam informados e, segundo Moreira (2005: p.68), “os principais negócios, gerência e governança corporativa” também devem ser de mútuo conhecimento.

Nesse sentido, as informações mais relevantes são as estratégias atuais e futuras, posição no mercado, organização legal da instituição, a estrutura gerencial, a estrutura de negócios, a qualificação dos quadros gerenciais, a política de incentivo, relações com empresas e cultura organizacional e posição no mercado.

Assim, a finalidade da transparência no sistema bancário volta-se para a conquista de uma mudança no sentido de atendimento às normas e procedimentos, objetivando o alinhamento com as recomendações propostas pelo NACB e a estabilização desse sistema, reduzindo a taxa de risco, conforme aponta Moreira (2005, p. 69) e, em consequência, recepcionar a ética.

Pelo exposto, confrontados com tais indicadores, e tendo em vista os compromissos assumidos junto ao NACB, vale apurar se, no trabalho que vem sendo desenvolvido pelo sistema bancário, para além de qualquer efeito de transparência, seria possível visualizarem-se indícios que respondam por uma evidência de respeito a posturas éticas.

Assim, de imediato, pode-se constatar que elementos como: o *compliance*, o código de ética, o diálogo com o cliente, a política de qualidade, a segurança das informações, os *sites* em línguas estrangeiras ou o institucional, ações culturais, responsabilidade social, meio ambiente, a governança corporativa, constituem possíveis indicadores éticos no sistema bancário.

Em termos legais, o banco deve atender ao *compliance*, integrado por um conjunto de regras e instruções de controles internos e certificações de qualidade e ética profissional, instituído nas atividades bancárias quando da gestão de recursos

e que são ditadas pelo Banco Central. Ressalte-se que um instrumento como o *compliance* não deve ser confundido com auditoria ou controladoria.

Assim devem os banco cumprir leis locais e do país de origem, gerenciar o risco adequadamente, estar em *compliance*, implantar procedimentos e testar periodicamente os itens citados. As políticas de *compliance* a serem adotadas incluem: código de ética, segregação de funções, conhecimento do cliente, do funcionário, da política contra a lavagem de dinheiro, das fraudes e até do recebimento de presentes por parte dos funcionários.

Por outro lado, a Resolução do Banco Central de nº 2554, de 24.9.99, que trata da implantação e implementação de sistemas de controles internos, traz algumas inovações como: mudança de cultura para algumas organizações; introduziu o conceito de *compliance* (não há padrão determinado): conheça a sua empresa, conheça o seu cliente e definição de responsabilidade. Assim, nesse sentido, as providências a serem tomadas chamam a atenção para: a criação de manuais e procedimentos, a comunicação, a designação de responsabilidades, o monitoramento constante, os mecanismos de disciplina, e como em caso de falhas saná-las imediatamente, a criação oficial de *compliance*, bem como : assegurar que a organização cumpra fielmente as regras estabelecidas, disseminar a todos os funcionários, estabelecer políticas e divulgar código de conduta.

O Código de Ética dos Bancos, por outro lado, deve indicar normas de conduta para o correto e adequado cumprimento dos deveres funcionais e visa à educação ética e prevenção de condutas disfuncionais que facilitem a corrupção.

Conclui-se, pois, que o banco que permite e incentiva o diálogo com seu cliente se abre para uma postura ética, pois viabiliza o esclarecimento de dúvidas e uma forte evidência de tal postura, na atualidade, é possível ser detectada quando nos deparamos com *sites* do tipo *Fale Conosco*.

A Política de Qualidade e a Segurança das Informações também constituem indicadores éticos no sistema bancário, pois, como consequência, os funcionários não podem divulgar informações e todas elas têm caráter sigiloso, segundo as normas vigentes e, se violadas, são passíveis de punição. Da mesma forma, a Política de Qualidade reflete o compromisso da melhoria contínua, atendendo as normas, inovando com a tecnologia e aprimorando os produtos e serviços, bem

como propiciando treinamento aos funcionários, com o objetivo de satisfazer aos clientes.

Possuir *sites* em outras línguas, tais como inglês ou espanhol, é também uma indicação de preocupação com os clientes, o que, sem dúvida, é uma clara sinalização de um comportamento ético.

Por sua vez, o *site* Institucional também é outra demonstração de uma postura ética do banco para com a sociedade, pois propicia que profissionais especializados ofereçam as melhores soluções para o mercado de investidores.

Outra forma de demonstrar uma preocupação com a sociedade no que diz respeito à ética encontra-se no fato de o Banco possuir ações voltadas para a cultura e responsabilidade social, tais como artes, fotografia, literatura, ciência, música, educação e a preocupação com o meio ambiente. A premiação dentro deste ambiente descrito, também é um estímulo da prática da ética, visando à evolução do relacionamento com o cliente.

Por outro lado, a criação de vagas para aproveitamento de clientes em postos de trabalho, para eventualmente tornarem-se funcionários do banco, também é um indicador de preocupação com a sociedade e, portanto, uma postura ética.

Outro importante item que aponta no sentido de uma postura ética bancária é a governança corporativa. O Novo Mercado da Bovespa estabeleceu um programa para as empresas brasileiras que associam um índice de boas práticas de governança corporativa (IBC), ou seja, veicular de forma clara, precisa, rápida, eficaz e transparente as relações com investidores, fornecedores etc., com a finalidade de dar credibilidade à empresa com relação ao mercado em geral, o que contribui para aumentar o valor da empresa e melhorar a liquidez de suas ações e é, sem dúvida, uma característica ética.

De posse de tais dados, e ainda a fim de constatar se há ou não uma postura ética por parte do sistema bancário, foi elaborada a pesquisa envolvendo métodos quantitativos – modelo de regressão linear.

4.3 A Pesquisa Evidenciando Indicadores de Padrões de Ética no Sistema Bancário Brasileiro

4.3.1 A Definição dos Bancos para a Pesquisa dos Padrões Éticos

O trabalho foi iniciado com a idéia de pesquisar as informações abertas e disponíveis dos cinquenta maiores bancos brasileiros. Para tanto, partiu-se do informativo Balanço Anual 2004, elaborado pelo Centro de Informações da Gazeta Mercantil no qual selecionamos os cinquenta maiores bancos do mercado brasileiro por total de ativos.

Em seguida, passou-se à pesquisa dos possíveis indicadores de padrões éticos dos bancos.

Foram examinadas as demonstrações financeiras e coletadas informações na mídia impressa e nos *sites* dos bancos os quais nos forneceram a grande maioria dos possíveis indicadores de padrões éticos.

Cada um dos *sites* dos 50 dos bancos foi analisado de forma a detectar todas as possíveis informações ou comunicações que mostrassem preocupações dos bancos com os demais participantes do seu relacionamento, sejam clientes, fornecedores, acionistas, funcionários, parceiros, concorrentes ou o governo, nas suas mais variadas representações.

4.3.2 Relação dos Bancos Pesquisados

A tabela a seguir apresenta a relação dos 50 bancos pesquisados, com os respectivos valores de Lucro, Ativo Total, Patrimônio Líquido e Taxa de Retorno em 31 de Dezembro de 2004 :

Tabela 1 – Relação de Bancos Pesquisados e Valor do Ativo Total

Banco	Ativo Total (em R\$mil)	Lucro (R\$mil)	PL (em R\$mil)	Retorno sobre PL
01. Bradesco – SP	140.888.310	2.306.339	13.546.880	17,02%
02. Itaú – SP	88.361.536	2.383.678	6.786.097	35,13%
03. Unibanco – SP	59.933.318	1.052.346	7.155.896	14,71%
04. Real/Abn Amro – SP	43.996.501	334.292	8.104.555	4,12%
05. Banespa – SP	30.807.049	1.746.997	4.756.675	36,73%
06. Safra – SP	30.640.205	617.006	3.057.948	20,18%
07. Santander Brasil – SP	28.926.998	22.049	1.589.198	1,39%
08. Hsbc Bank – PR	25.395.099	190.102	1.637.458	11,61%
09. Votorantim – SP	24.519.555	629.170	2.191.968	28,70%
10. Itaú BBA – SP	21.273.691	363.530	3.115.480	11,67%
11. Citibank – SP	19.271.547	97.175	2.091.459	4,65%
12. Bankboston – SP	16.903.943	183.501	1.914.653	9,58%
13. Sudameris – SP	13.104.506	72.638	1.339.518	5,42%
14. Bemge – MG	9.932.512	528.644	2.438.591	21,68%
15. Banestado – PR	8.559.633	70.175	6.665.081	1,05%
16. Santander – RJ	7.447.990	1.580.831	5.203.073	30,38%
17. Banerj – RJ	7.020.914	663.678	1.232.534	53,85%
18. Fibra – SP	6.436.980	90.354	414.735	21,79%
19. Jpmorgan – SP	6.262.895	274.086	1.154.750	23,74%
20. Pactual – RJ	6.256.895	182.564	552.663	33,03%
21. BNP Paribas – SP	6.184.311	215.503	504.935	42,68%
22. Santos – SP	6.161.931	112.128	546.264	20,53%
23. Rural – RJ	5.724.578	115.166	609.709	18,89%
24. Finasa – SP	5.556.710	-19.287	201.532	-9,57%
25. Deutsche Bank – SP	4.527.684	-35.895	257.197	-13,96%
26. Banco Mercantil de SP	4.348.019	160.577	4.098.806	3,92%

27. Bicbanco – SP	4.202.272	76.176	361.104	21,10%
28. Mercantil do Brasil – MG	3.998.276	40.688	388.353	10,48%
29. BBM – BA	3.906.428	107.566	312.597	34,41%
30. Boavista Interat – SP	3.598.202	601.435	628.236	95,73%
31. Bandepe – PE	3.436.856	332.845	2.369.261	14,05%
32. Volkswagen – SP	3.207.981	22.587	445.091	5,07%
33. Santander Merid – RS	3.185.050	73.641	964.936	7,63%
34. Unicard Banco – SP	3.071.987	122.569	905.240	13,54%
35. Fiat – SP	3.032.064	78.457	463.157	16,94%
36. Dibens – SP	3.016.244	23.292	173.579	13,42%
37. Banco HSBC – SP	2.887.491	-30.349	162.243	-18,71%
38. Banco Alvorada – BA	2.790.296	67.852	2.652.196	2,56%
39. Cruzeiro do Sul – SP	2.579.907	28.388	110.593	25,67%
40. Westlb – SP	2.538.960	16.583	340.714	4,87%
41. Rabobank – SP	2.515.010	41.975	161.561	25,98%
42. CNH Capital – PR	2.482.920	73.412	285.394.000	25,72%
43. Baneb – BA	2.358.498	222.972	1.719.456	12,97%
44. ABC Brasil – SP	2.356.313	94.461	379.022.000	24,92%
45. General Motors – SP	2.178.685	59.367	325.576.000	18,23%
46. BMC – SP	2.174.898	8.723	218.417.000	3,99%
47. Panamericano – SP	2.154.384	34.025	233.724.000	14,56%
48. BMG – MG	2.063.617	90.189	332.008.000	27,16%
49. Tokyo Mitsubishi – SP	1.998.579	-28.073	337.183.000	-8,33%
50. Banco BVA – RJ	1.617.319	9.370	132.113.000	7,09%

Fonte: Revista Gazeta Mercantil – Anuário 2004

4.4 - Seleção dos Indicadores de Padrões de Ética do Sistema Bancário Brasileiro

Para a seleção dos indicadores, foram examinados os *sites* dos 50 maiores bancos para buscar as palavras-chave que caracterizassem o relacionamento ético do banco com seus *stakeholders*.

De imediato, o primeiro fato importante é a própria existência do *site*, que mostra a preocupação do banco em se comunicar com todos os participantes do sistema.

Foram pesquisadas as seguintes informações:

- Existência do *site*;
- Código de Ética;
- Fale Conosco;
- Segurança da Informação;
- Política de Qualidade;
- Outras Línguas;
- Institucional;
- Cultural;
- Política de Privacidade;
- Relação com Investidores, Governança Corporativa;
- Prêmios;
- Segurança;
- Responsabilidade Social;
- Oportunidades;
- Primeiro Acesso;
- Dificuldades no Acesso;
- Acesse sua Conta;

- Abra sua Conta;
- Quem Somos;
- Mapa do Site;
- FAQ's – Perguntas Frequentes;
- Contatos;
- Demonstrativos no Site;
- Transparência.

A tabela 2, a seguir, apresenta os indicadores pesquisados, selecionados em função dos conceitos de ética expostos anteriormente. O estudo buscou traçar uma comparação entre o que as instituições financeiras apresentam em seus *sites*.

Tabela 2 – Indicadores Pesquisados

Indicador	Definições
Código de Ética	Significa aquele conjunto de princípios, normas e regras adotadas com o propósito de regular a conduta de seus sócios em suas relações comerciais e pessoais com seus clientes, o público em geral e com os demais <i>stakeholders</i> , assim como suas relações com seus empregados e representantes da mesma.
Fale Conosco	O Fale Conosco é o serviço de apoio a usuários do banco pela Internet, através do qual ele pode tirar dúvidas, pedir informações, registrar suas sugestões, reclamações ou elogios, ou mesmo como se tornar um cliente. É um canal aberto que permite ao usuário entrar em contato com o banco, de acordo com sua necessidade. Pedidos relativos ao acesso, à atualização e correção de dados e informações pessoais, às políticas, regulamentos e práticas do banco acerca de privacidade e armazenamento de informações e dados normalmente são direcionados ao Fale Conosco.
Segurança da Informação	Os sites dos bancos devem possuir uma série de iniciativas que garantam a privacidade e a total segurança de seus clientes ao utilizarem o serviço.
Política de Qualidade	A melhoria contínua, atendendo normas, inovando com tecnologia, aprimorando os produtos e serviços, dando treinamento aos funcionários com o objetivo de satisfazer os clientes.
Outras línguas	A globalização dos mercados faz com que os bancos (em especial os de grande porte) tenham clientes em todo o mundo. Assim, é fundamental, atualmente, que os bancos se preocupem não só com seus clientes no país como clientes fora dele, ou mesmo clientes que estejam no país, mas que sejam, eles próprios, estrangeiros. Além disso, muitos dos bancos têm controladores fora do país em que ele se localiza. De forma a padronizar o <i>site</i> do grupo, é importante haver a comodidade de se escolher a língua (no caso do Brasil elas são, mais comumente, inglês e espanhol)

Institucional	Propicia que profissionais especializados ofereçam as melhores soluções para o mercado de investidores, através de relatórios da Administração, <i>ratings</i> etc.
Cultural	Relaciona todas as atividades culturais com que a empresa tem envolvimento ou que patrocina.
Política de Privacidade	Políticas da empresa em relação à recepção, armazenamento e utilização das informações pessoais disponibilizadas pelos Usuários. O tratamento de informações como o nome do cliente, seu endereço físico e eletrônico, números de telefone e de cartão de crédito, deve estar de acordo com aquele esperado pelo cliente. Os dados pessoais, informações confidenciais e senhas dos clientes devem ser utilizados pelo banco de maneira transparente.
Termos de Uso	A navegação e consulta pública de qualquer <i>site</i> deve estar sujeita aos seus termos de uso. Em geral é onde se encontram os termos de confidencialidade das informações do usuário, os direitos dos autores e propriedade intelectual, entre outros.
Governança Corporativa	Veicular de forma clara, precisa, rápida, eficaz e transparente as relações com os <i>stakeholders</i> com a finalidade de dar credibilidade à empresa em relação ao mercado em geral.
Prêmios	Relaciona todos os prêmios (ou pelo menos os mais importantes e /ou recentes) que a empresa já ganhou.
Segurança	<u>Senhas Numéricas</u> – são senhas compostas por determinado número de dígitos que permitem o acesso a consultas e transações; <u>Assinatura Eletrônica</u> – em geral, difere da senha numérica por ser utilizada para realizar transações via Internet, tais como pagamento de contas e transferências para terceiros; <u>Chave de Segurança</u> – consiste em algumas letras, e complementa a senha numérica nas movimentações financeiras realizadas em equipamentos de auto-atendimento e Bancos 24horas; <u>Frase Secreta</u> - A Frase Secreta é composta por uma Pergunta e uma Resposta, criadas pelo usuário e cuja resposta apenas o usuário tenha conhecimento, desenvolvida para aumentar ainda mais segurança na hora de acessar o <i>Internet Banking</i> dos bancos. <u>Firewalls</u> - sistemas que estabelecem regras e filtros de tráfego entre os computadores do cliente e do banco, segurando-os contra ameaças externas, como <i>hackers</i>; <u>Criptografia</u> - é a tecnologia utilizada para codificar e decodificar uma mensagem, ou mesmo um arquivo, utilizando um código secreto; <u>Protocolo SSL</u> - é um protocolo desenvolvido para fornecer segurança aos dados presentes nos navegadores mais utilizados, como <i>Internet Explorer</i> e <i>Netscape Navigator</i>. Ele permite a transferência segura de informações através da Internet; <u>Certificado, Dispositivo de Segurança</u> - ; <u>Tempo de Conexão Limitado</u> – alguns bancos realizam a desconexão automática após certo tempo de inatividade, de modo a proteger usuários que eventualmente se esqueçam de sair do sistema; <u>Teclado Virtual</u> - previne contra vírus ou programas que capturam a senha dos usuários, inseridas pelo teclado manual, e que podem existir em seus computadores.
Responsabilidade Social	Relata as atividades da empresa relacionadas com a responsabilidade social. Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos

	e não apenas dos acionistas ou proprietários. “Ética é a base da Responsabilidade Social e se expressa através dos princípios e valores adotados pela organização. Não há Responsabilidade Social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa, por um lado pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas à fiscais do governo e, por outro, desenvolver programas junto a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de Responsabilidade Social. É importante seguir uma linha de coerência entre ação e discurso.” Fonte: ETHOS (www.ethos.org.br) – da qual fazem parte bancos como ABN AMRO, Banco do Brasil, BankBoston, Banco Bandeirante, Bradesco, Citibank, , Fibra, HSBC, Itaú, JPMorgan, Panamericano, Rural, Safra, Santander BaneSPa, Votorantim e Unibanco.
Oportunidades	A grande maioria dos bancos oferece a oportunidade de o usuário enviar seu currículo e/ou preencher alguns dados com o intuito de trabalhar na empresa.
Primeiro Acesso	Ensina o usuário “de primeira viagem” a utilizar o sistema de maneira correta. É muito importante na medida em que auxilia o usuário a se familiarizar com o sistema e realizar as operações mais facilmente e rapidamente, divulgando assim o uso da Internet como meio de comunicação (no caso, dentro do sistema bancário).
Dificuldades no Acesso	Contém informações ou diretivas para dificuldades freqüentes, seja ela uma dificuldade de navegação no site, de difícil acesso no site ou mesmo por parte do usuário (letras pequenas, computador não-compatível etc).
Acesse sua Conta	Uma vez que a significativa maioria das pessoas que acessam os sites dos bancos buscam informações sobre suas contas correntes, quase todos os bancos disponibilizam, na página de rosto de seu <i>site</i> , um <i>link</i> direto para que esse acesso seja facilitado.
Abra sua Conta	Facilita a abertura de contas, <i>online</i> , de pessoas físicas e jurídicas.
Quem Somos?	Denota a preocupação do banco em se apresentar, relatar seu histórico, missão, valores, enfim um cartão de visitas da empresa e de seu site.
Mapa do Site	Apresenta um mapa com o conteúdo do site para que o usuário encontre mais facilmente toda e qualquer informação que necessite.
FAQ – Perguntas Frequentes	São dúvidas mais recorrentes dos usuários e que o banco já disponibiliza as respostas de antemão no <i>site</i> .
Transparência	Clareza na apresentação dos produtos bancários propostos.

Fonte: dados obtidos pelo autor nos *sites* pesquisados.

4.5 - Evidências da Pesquisa

A tabela 3, a seguir apresenta o número de indicadores de ética identificados para cada instituição da amostra:

Tabela 3 – Número de Indicadores de Ética por Instituição Financeira

Banco	Ativo Total (em R\$mil)	Número de Indicadores
01. Bradesco – SP	140.888.310	20
02. Itaú – SP	88.361.536	17
03. Unibanco – SP	59.933.318	19
04. Real/Abn Amro – SP	43.996.501	19
05. Banespa – SP	30.807.049	17
06. Safra – SP	30.640.205	11
07. Santander Brasil – SP	28.926.998	17
08. Hsbc Bank – PR	25.395.099	18
09. Votorantim – SP	24.519.555	10
10. Itaú BBA – SP	21.273.691	17
11. Citibank – SP	19.271.547	15
12. Bankboston – SP	16.903.943	14
13. Sudameris – SP	13.104.506	10
14. Bemge – MG	9.932.512	17
15. Banestado – PR	8.559.633	17
16. Santander – RJ	7.447.990	17
17. Banerj – RJ	7.020.914	17
18. Fibra – SP	6.436.980	8
19. JP Morgan – SP	6.262.895	9
20. Pactual – RJ	6.256.895	9
21. BNP Paribas – SP	6.184.311	11
22. Santos – SP	6.161.931	0
23. Rural – RJ	5.724.578	10
24. Finasa – SP	5.556.710	5
25. Deutsche Bank – SP	4.527.684	8
26. Banco Mercantil de SP	4.348.019	5

27. Bicbanco – SP	4.202.272	8
28. Mercantil do Brasil – MG	3.998.276	16
29. BBM – BA	3.906.428	9
30. Boavista Interatlântico – SP	3.598.202	0
31. Bandepe – PE	3.436.856	9
32. Volkswagen – SP	3.207.981	8
33. Santander Meridional – RS	3.185.050	0
34. Unicard Banco – SP	3.071.987	0
35. Fiat – SP	3.032.064	5
36. Dibens – SP	3.016.244	0
37. Banco HSBC – SP	2.887.491	15
38. Banco Alvorada – BA	2.790.296	0
39. Cruzeiro do Sul – SP	2.579.907	13
40. Westlb – SP	2.538.960	8
41. Rabobank – SP	2.515.010	0
42. CNH Capital – PR	2.482.920	7
43. Baneb – BA	2.358.498	17
44. ABC Brasil – SP	2.356.313	6
45. General Motors – SP	2.178.685	15
46. BMC – SP	2.174.898	8
47. Panamericano – SP	2.154.384	7
48. BMG – MG	2.063.617	10
49. Tokyo Mitsubishi – SP	1.998.579	5
50. Banco BVA – RJ	1.617.319	7

As tabelas 4 e 5, a seguir mostram, intencionalmente, para melhorar a evidência, um detalhamento dos indicadores de ética identificados para os 10 primeiros e os 10 últimos bancos do *ranking* por ativo.

Tabela 4: Indicadores de ética identificados para as 10 maiores instituições financeiras do *ranking* por ativo total:

Instituição / Indicadores	BRABCO – SP	ITAÚ – SP	UNIBANCO – SP	BANCO REAL ABN AMRO BANK – SP	BANESPA – SP	SAFRA – SP	SANTANDER BRASIL – SP	HSEC BANK – PR	VOTORANTIM – SP	ITAÚ BBA – SP
Possui site										
Código de Ética										
Fale Conosco/ Contate-nos										
Segurança da Informação										
Política de Qualidade										
Outras Línguas										
Institucional										
Cultural										
Política de Privacidade										
Relação com Investidores - Governança Corporativa										
Prêmios										
Segurança										
Responsabilidade Social										
Oportunidades										
Primeiro Acesso										
Dificuldades no Acesso										
Acesse sua Conta										
Abra sua Conta										
Quem Somos?										
Mapa do Site										
FAQ's										
Contatos										
Demonstrativos no site										
Transparência										

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 5: Indicadores de ética identificados para as 10 menores instituições financeiras do *ranking* por ativo total:

Instituição/ Indicadores	WESTLB - SP	CNH CAPITAL – PR	BANEB – BA	ABC BRASIL – SP	GENERAL MOTORS – SP	BMC – SP	PANAMERICANO – SP	BMG – MG	BANCO BVA – RJ	TOKYO MITSUBISHI – SP
Possui Site										
Código de Ética										
Fale Conosco/ Contate-nos										
Segurança da Informação										
Política de Qualidade										
Outras Línguas										
Institucional										
Cultural										
Política de Privacidade										
Relação com Investidores - Governança Corporativa										
Prêmios										
Segurança										
Responsabilidade Social										
Oportunidades										
Primeiro Acesso										
Dificuldades no Acesso										
Acesse sua Conta										
Abra sua Conta										
Quem Somos?										
Mapa doSite										
FAQ's										
Contatos										
Demonstrativos no site										
Transparência										

Fonte: elaboração do autor.

A partir dos dados coletados, adotou-se a seguinte metodologia estatística: modelo de regressão linear simples, conforme Levine *et al* (1998: 513-569), e Bussab e Morettin (2006: 436-454). Através da regressão, utilizando-se do método dos mínimos quadráticos, procurou-se estabelecer o grau e a intensidade do relacionamento da variável indicadora de ética com os índices econômico-financeiros das instituições.

O método de regressão linear simples foi aplicado para as 50 instituições listadas na tabela 1, buscando testar as hipóteses propostas.

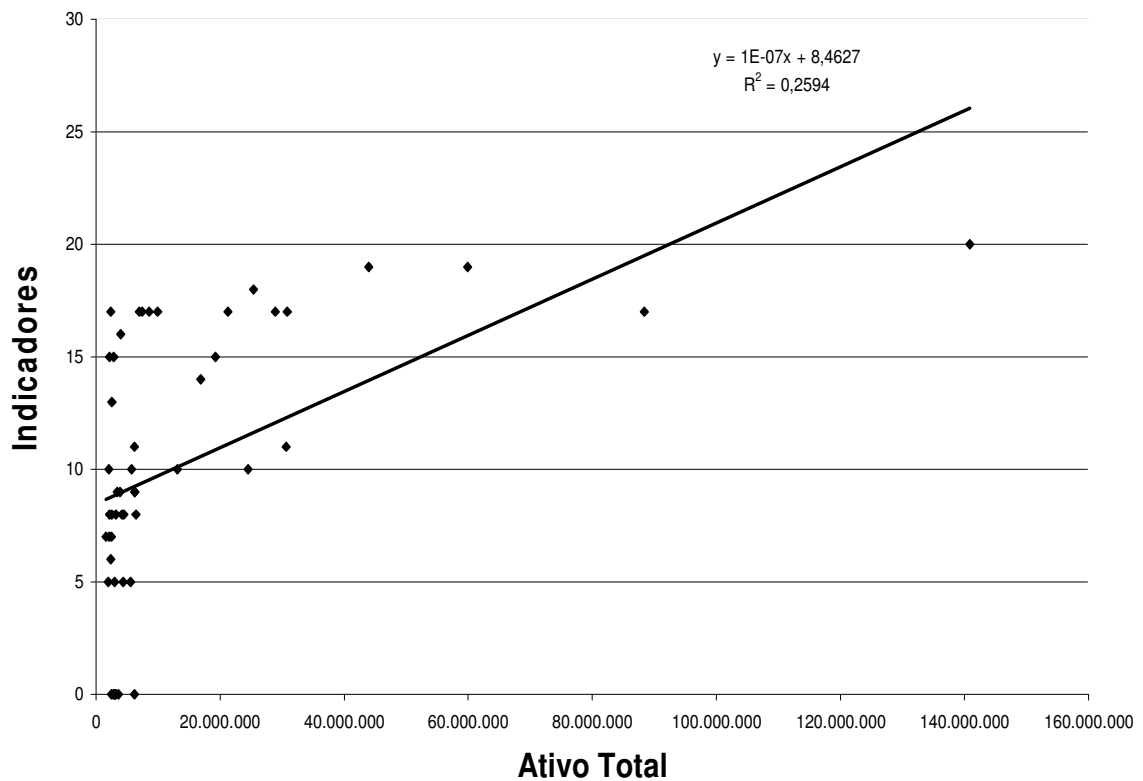
4.5.1. Hipóteses testadas para a amostra de 50 bancos

Hipótese 1:

H0: O porte da instituição, medido pelo total do **ativo total**, não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: O porte da instituição, medido pelo total do **ativo total**, influencia a evidência de procedimentos éticos;

Gráfico 1: Regressão Linear simples dos 50 Bancos
Ativo Total versus Indicadores Éticos



Estatística de		
regressão		
R	0,50935705	
R²	0,25944460	
Quadrado	0,24401637	
Ajustado	0,23160520	
Observações	2	5
s	0	

ANOVA						
A	g	SQ	M	F	F de	
Regressã	1	460,254736	460,254736	16,8162184	significan	5825
Resídu	4	3313,74526	27,3696929	5	1	
Tota	5	4	177	9		
	9	4				

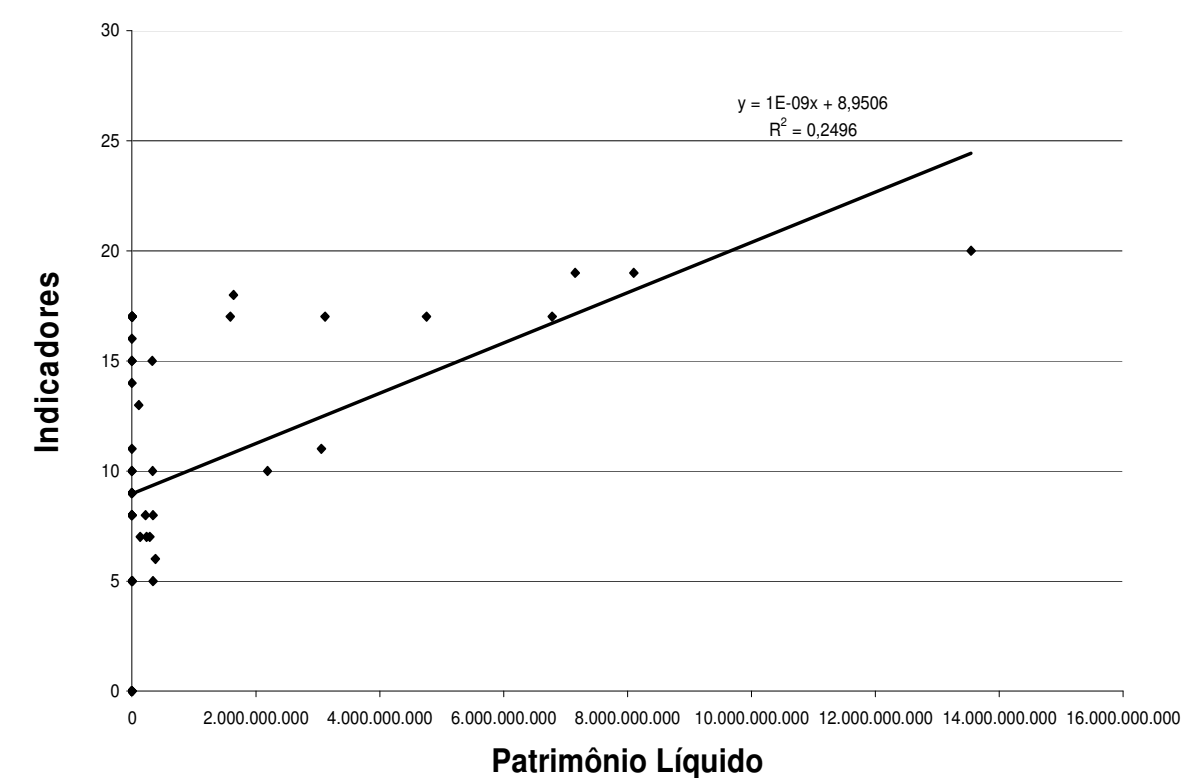
	Coeficiente	Erro	Stat	valor-	95%	95%
Interseçã	8,46268227	0,85207239	9,92605712	3,22772E-	inferiores	superiores
Variável X	1,24844E-	1,04441E-	1,10075827	0,00015825	56,3632E-	6,86056E-
1	07	08	8	1	08	07

Hipótese 2

H0: O porte da instituição, medido pelo total do **patrimônio líquido**, não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: O porte da instituição, medido pelo total do **patrimônio líquido**, influencia a evidência de procedimentos éticos;

Gráfico 2: Regressão Linear simples dos 50 Bancos
Patrimônio Líquido versus Indicadores Éticos



Patrimônio Líquido versus Indicadores Éticos

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,499567354
R-Quadrado	0,249567541
R-quadrado ajustado	0,233933532
Erro padrão	5,266377594
Observações	50

ANOVA

	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	1	442,732818	442,732818	15,96311811	0,000221217
Resíduo	48	1331,267182	27,73473296		
Total	49	1774			

	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores
Interseção	8,950584249	0,807765473	11,08067198	7,91772E-15	7,326463864	10,57470463
Variável X 1	1,14252E-09	2,85961E-10	3,995387104	0,000221217	5,67562E-10	1,71749E-09

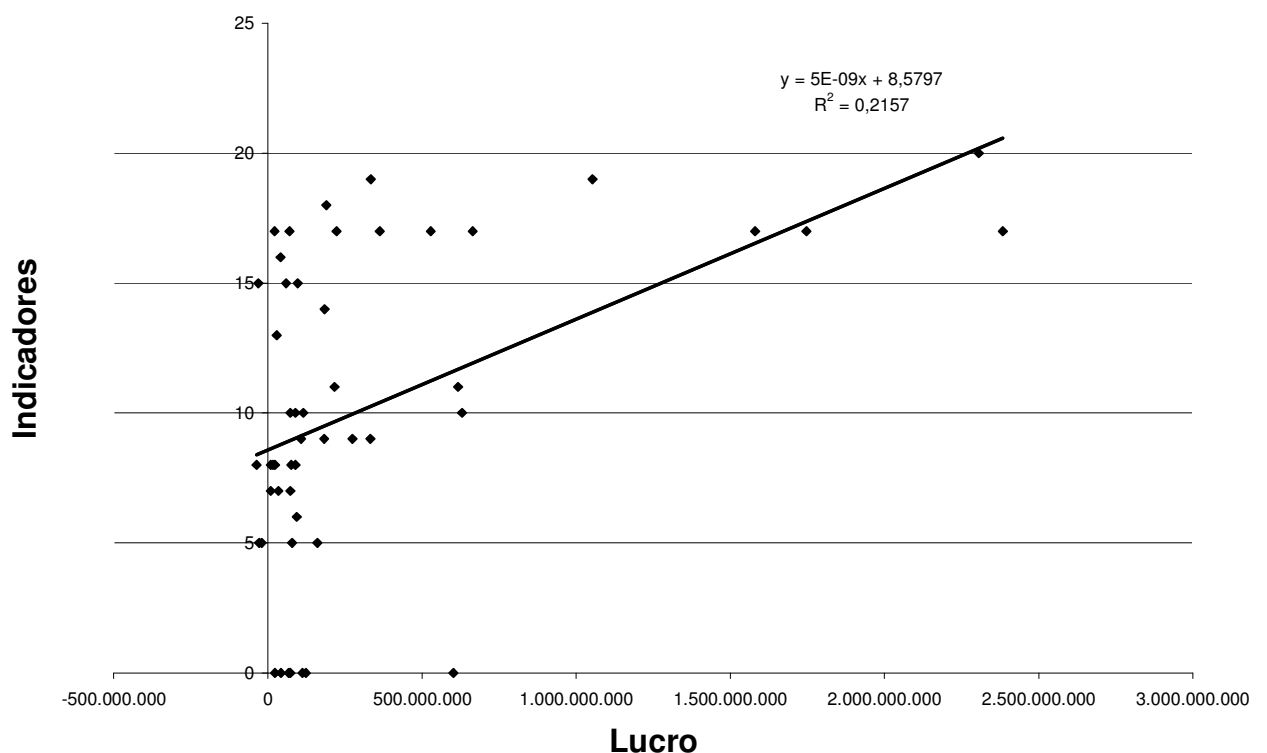
Hipótese 3

H0: O **lucro líquido** da instituição não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: O **lucro líquido** da instituição influencia a evidência de procedimentos éticos;

Gráfico 3: Regressão Linear simples dos 50 Bancos

Lucro Líquido versus Indicadores Éticos



Lucro Líquido versus Indicadores Éticos

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,464461684
R-Quadrado	0,215724656
R-quadrado ajustado	0,199385587
Erro padrão	5,383819237
Observações	50

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	382,6955404	382,6955404	13,20299508	0,000679184
Resíduo	48	1391,30446	28,98550958		
Total	49	1774			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>
Interseção	8,579684932	0,882360809	9,723556224	6,29015E-13	6,805580661	10,3537892
Variável X 1	5,03032E-09	1,38439E-09	3,633592586	0,000679184	2,24681E-09	7,81382E-09

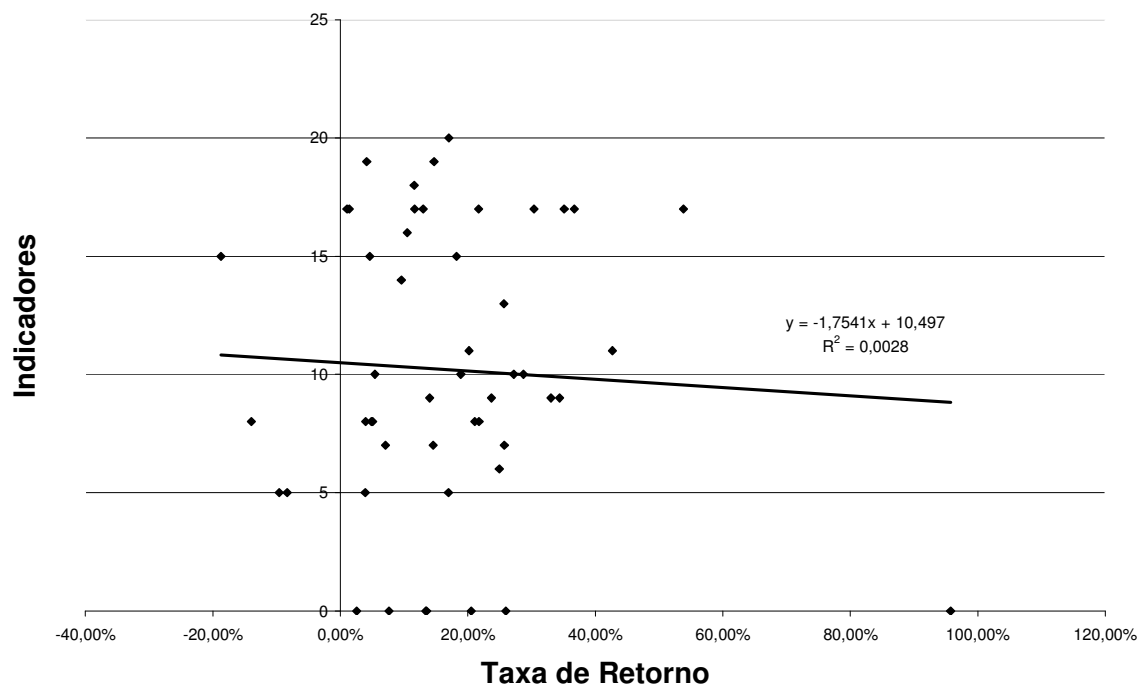
Hipótese 4

H0: A **taxa de retorno** da instituição, medido pelo quociente lucro líquido por patrimônio líquido, não influencia a evidência de procedimentos éticos;

H1: A **taxa de retorno** da instituição, medido pelo quociente lucro líquido por patrimônio líquido, influencia a evidência de procedimentos éticos;

Gráfico 4: Regressão Linear simples dos 50 Bancos

Taxa de Retorno versus Indicadores Éticos



Taxa de Retorno versus Indicadores de Ética

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,052867532
R-Quadrado	0,002794976
R-quadrado ajustado	-0,017980129
Erro padrão	6,070834842
Observações	50

ANOVA

	g	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	1	4,958287331	4,958287331	0,134534867	0,715387731
Resíduo	48	1769,041713	36,85503568		
Total	49	1774			

	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores
Interseção	10,49749581	1,18108029	8,888045879	1,03689E-11	8,122776114	12,8722155
Variável X1	-1,754147428	4,78243046	-0,36678995	0,715387731	-11,3698627	7,861567847

A tabela 6, a seguir, apresenta um resumo dos resultados encontrados na aplicação da regressão linear simples para as variáveis objeto deste estudo.

As colunas referem-se às quatro variáveis independentes consideradas no estudo: lucro, ativo total, patrimônio líquido e taxa de retorno. A primeira linha apresenta o resultado de cada correlação com a variável representativa do indicador de ética. A segunda linha da tabela apresenta o poder explicativo do modelo.

Tabela 6 : Resumo das correlações e poder explicativo das variáveis, Lucro Líquido, Ativo Total, Patrimônio Líquido e Taxa de Retorno, versus Indicadores de Ética:

	Correlação Indicadores X Lucro Líquido	Correlação Indicadores X Ativo Total	Correlação Indicadores X Patrimônio Líquido	Correlação Indicadores X Taxa de Retorno
Correlações	0,4645	0,5094	0,4996	-0,0529
Poder Explicativo	0,2157	0,2594	0,2496	0,0028

Fonte: elaboração do autor.

Como se pode notar, ao se analisar essa tabela, os resultados não são muito significativos, não permitindo uma avaliação entre o grau e a intensidade do relacionamento entre as variáveis propostas.

Dessa forma, os resultados encontrados não permitem aceitar ou rejeitar as hipóteses formuladas.

4.5.2. Hipóteses testadas para a amostra de 20 bancos

Em continuidade à pesquisa, numa tentativa de buscar melhor aferição para as hipóteses testadas, o mesmo método foi aplicado para os extremos da relação de bancos, ou seja, para os dez primeiros bancos – as instituições listadas de 1 a 10, e

para os 10 últimos bancos – as instituições listadas de 39 a 50, na tabela 1. Foram excluídos o Rabobank, tendo em vista que o banco não possui *site* em língua portuguesa e o Baneb porque foi privatizado em 1989 e vendido para o Bradesco, conforme Correio da Bahia (2006). Procurou-se, com esse procedimento buscar indicações da importância da correlação entre as variáveis e o porte das instituições.

Assim o modelo foi novamente aplicado para essa nova amostra de 20 instituições financeiras. A tabela 7, a seguir, apresenta a relação dos 20 bancos selecionados para a nova amostra.

Tabela 7: Amostra dada pelo *ranking* dos 10 maiores e os 10 menores bancos por valor de Ativo Total

Banco	Indicadores de Ética	Lucro/Prej. Líquido	Ativo Total	PL	Taxa de Retorno
-------	----------------------	---------------------	-------------	----	-----------------

10 maiores:

BRADESCO – SP	20	2.306.339.000	140.888.310	13.546.880.000	17,02%
ITAU – SP	17	2.383.678.000	88.361.536	6.786.097.000	35,13%
UNIBANCO – SP	19	1.052.346.000	59.933.318	7.155.896.000	14,71%
BANCO REAL ABN AMRO BANK – SP	19	334.292.000	43.996.501	8.104.555.000	4,12%
BANESPA – SP	17	1.746.997.000	30.807.049	4.756.675.000	36,73%
SAFRA – SP	11	617.006.000	30.640.205	3.057.948.000	20,18%
SANTANDER BRASIL – SP	17	22.049.000	28.926.998	1.589.198.000	1,39%
HSEC BANK – PR	18	190.102.000	25.395.099	1.637.458.000	11,61%
VOTORANTIM – SP	10	629.170.000	24.519.555	2.191.968.000	28,70%
ITAU BBA – SP	17	363.530.000	21.273.691	3.115.480.000	11,67%

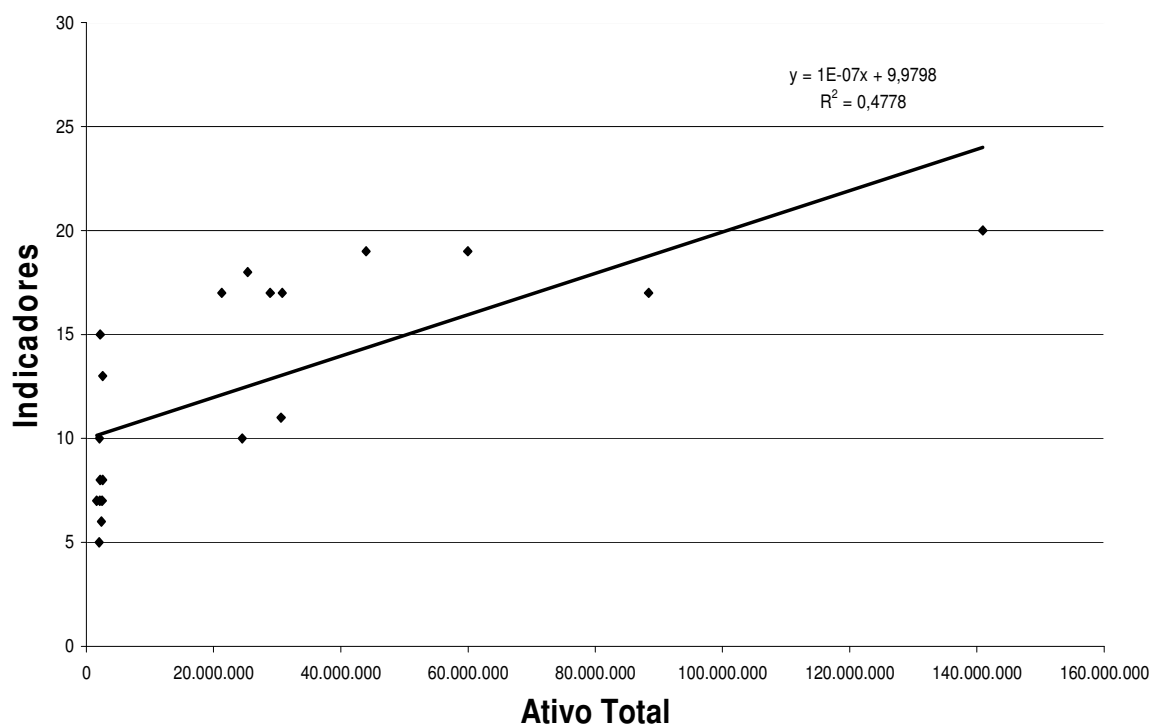
10 menores:

CRUZEIRO DO SUL - SP	13	28.388.000	2.579.907	110.593.000	25,67%
WESTLB - SP	8	16.583.000	2.538.960	340.714.000	4,87%
CNH CAPITAL – PR	7	73.412.000	2.482.920	285.394.000	25,72%
ABC BRASIL – SP	6	94.461.000	2.356.313	379.022.000	24,92%
GENERAL MOTORS – SP	15	59.367.000	2.178.685	325.576.000	18,23%
BMC – SP	8	8.723.000	2.174.898	218.417.000	3,99%
PANAMERICANO – SP	7	34.025.000	2.154.384	233.724.000	14,56%
BMG – MG	10	90.189.000	2.063.617	332.008.000	27,16%
TOKYO MITSUBISHI – SP	5	-28.073.000	1.998.579	337.183.000	-8,33%
BANCO BVA – RJ	7	9.370.000	1.617.319	132.113.000	7,09%

Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 5: Regressão Linear simples dos 20 Bancos

Ativo Total versus Indicadores Éticos



<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,691262941
R-Quadrado	0,477844453
R-quadrado ajustado	0,448835811
Erro padrão	3,819672269
Observações	20

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	240,3318676	240,3318676	16,47248641	0,000737046
Resíduo	18	262,6181324	14,58989624		
Total	19	502,95			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>
Interseção	9,979761121	1,063266162	9,385948206	2,34675E-08	7,745920079	12,21360216
Variável X 1	9,94505E-08	2,45035E-08	4,058631101	0,000737046	4,79706E-08	1,5093E-07

Interpretação dos resultados obtidos entre ativo total e indicadores de ética para as 20 instituições selecionadas:

Nesta regressão linear simples, a variável independente é o ativo total. Conforme a tabela obtida de resultados, o coeficiente da variável ativo total é de $9,95 \cdot 10^{-8}$, e seu erro padrão é de $2,45 \cdot 10^{-8}$. É possível, então, afirmar com 95% de confiança que o coeficiente da variável ativo total está contido no intervalo $[4,80 \cdot 10^{-8}; 1,51 \cdot 10^{-7}]$.

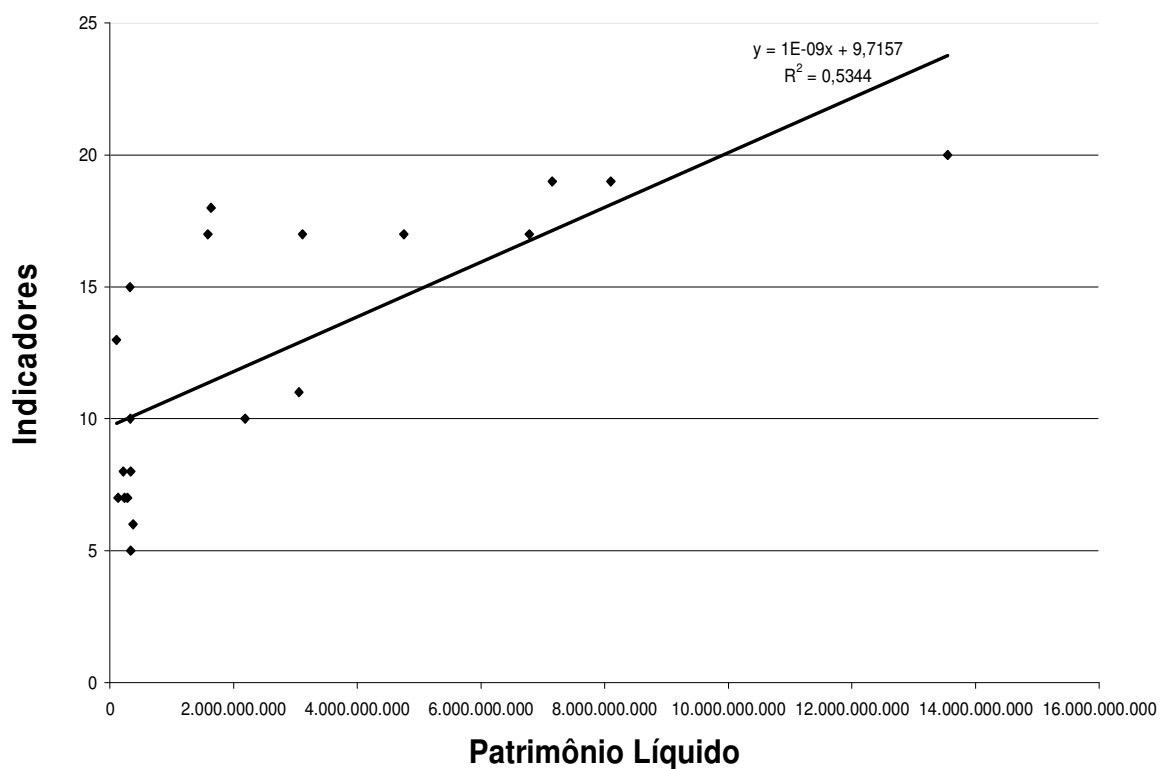
Assim, como no modelo anteriormente proposto, neste também é possível afirmar com 95% de confiança que o coeficiente da variável independente é diferente de zero, ou seja, há associação linear entre o ativo total dos bancos e a quantidade de indicadores de ética bancária.

O coeficiente de determinação, R^2 , deste modelo é igual a 0,48. Esta variável, portanto, contribui mais para o modelo que a variável anterior, haja vista que a redução da variância da variável dependente é maior neste caso que no caso anterior.

O coeficiente de correlação entre as duas variáveis é também maior que o mesmo coeficiente da variável anterior. Seu valor é de $R=0,69$.

A análise da tabela ANOVA deste modelo, indica que há relação de associação entre as variáveis. Seu nível de significância calculado é menor que 0,001.

Gráfico 6: Regressão Linear simples dos 20 Bancos
Patrimônio Líquido versus Indicadores Éticos



<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,731033768
R-Quadrado	0,534410369
R-quadrado ajustado	0,508544279
Erro padrão	3,606847691
Observações	20

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	268,7816952	268,7816952	20,66065482	0,000250624
Resíduo	18	234,1683048	13,00935027		
Total	19	502,95			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>
Interseção	9,7156839	1,019456225	9,530260993	1,86289E-08	7,573884189	11,85748361
Variável X 1	1,03751E-09	2,28255E-10	4,545399302	0,000250624	5,57964E-10	1,51706E-09

Interpretação entre as variáveis patrimônio líquido e indicadores de ética, para as 20 instituições selecionadas:

Ao usarmos a terceira variável, patrimônio líquido, contra a quantidade de indicadores de ética bancária, obtemos como coeficiente da variável independente o valor de $1,04 \cdot 10^{-9}$. O intervalo de confiança deste coeficiente, com 95% de confiança é $[5,58 \cdot 10^{-10}; 1,52 \cdot 10^{-9}]$. Como o zero não está contido neste intervalo, podemos dizer ainda com 95% de confiança que o coeficiente é diferente de zero, e que há associação linear entre as variáveis, patrimônio líquido e ética bancária.

Para este modelo, o coeficiente de determinação, R^2 , é igual a 0,53, o maior entre os três modelos estimados até o presente momento da investigação na pesquisa.

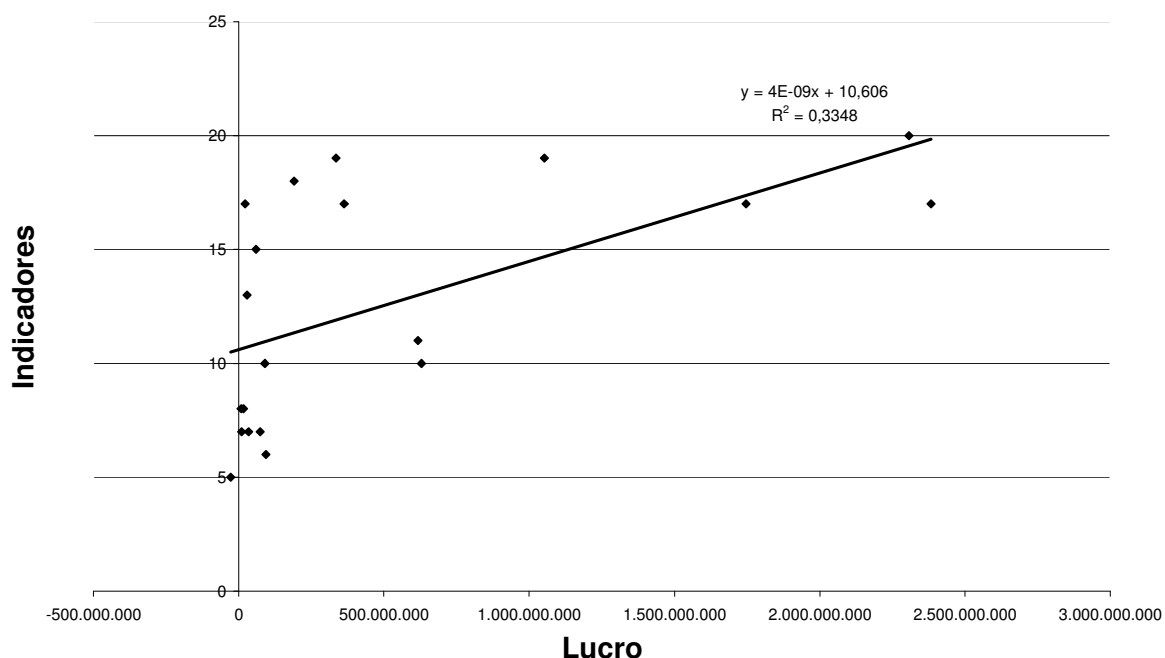
Portanto a variável patrimônio líquido é responsável pela maior redução da variância da variável dependente quando inserida no modelo.

Conseqüentemente, seu coeficiente de correlação é também o maior até aqui estimado, sendo positivo e igual a 0,73.

A análise da tabela ANOVA, confirma a existência de modelo e a presença de associação linear entre as variáveis estudadas. Seu nível de significância calculado é menor que 0,001, portanto altamente significativo.

Gráfico 7: Regressão Linear simples dos 20 Bancos

Lucro versus Indicadores Éticos



RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,578627612
R Quadrado	0,334809913
R Quadrado ajustado	0,297854908
Error padrão	4,31120861
Observações	20

ANOVA

	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	1	168,3926457	168,3926457	9,05993422	0,007520489
Resíduo	18	334,5573543	18,58651968		
Total	19	502,95			

	Coefficientes	Error padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção	10,60633439	1,160305435	9,140984842	3,49228E-08	8,168621244	13,04404754	8,168621244	13,04404754
Variável X1	3,87488E-09	1,28737E-09	3,009972462	0,007520489	1,17088E-09	6,57962E-09	1,17088E-09	6,57962E-09

Interpretação dos resultados obtidos entre Lucro e Indicadores de Ética, para as 20 instituições selecionadas:

De acordo com os resultados apresentados na tabela anterior, o coeficiente da variável X_1 , ou seja, Lucro, é $3,87 \cdot 10^{-9}$ e seu erro padrão é igual a $1,29 \cdot 10^{-9}$. Sendo assim, podemos afirmar com 95% de confiança que o coeficiente da variável X_1 está contido no intervalo $[1,70 \cdot 10^{-9}; 6,58 \cdot 10^{-9}]$. Como o intervalo de confiança apresentado não contém o zero, podemos, ainda com 95% de confiança, rejeitar a hipótese nula de que o coeficiente é igual a zero, ou seja, podemos dizer que há associação linear entre a variável Lucro e a quantidade de indicadores de ética bancária.

Sendo assim, podemos afirmar, com 95% de confiança, que, para cada unidade adicional de lucro de um determinado banco, entre $1,70 \cdot 10^{-9}$ e $6,58 \cdot 10^{-9}$ unidades de indicadores de ética são esperados a mais para este banco.

Uma vez discutida a questão da estimação dos parâmetros da regressão, podemos nos concentrar agora nas medidas de associação linear entre as duas variáveis. Duas medidas descritivas são freqüentemente usada para descrever o grau de associação linear entre variáveis: o coeficiente de determinação e o coeficiente de correlação.

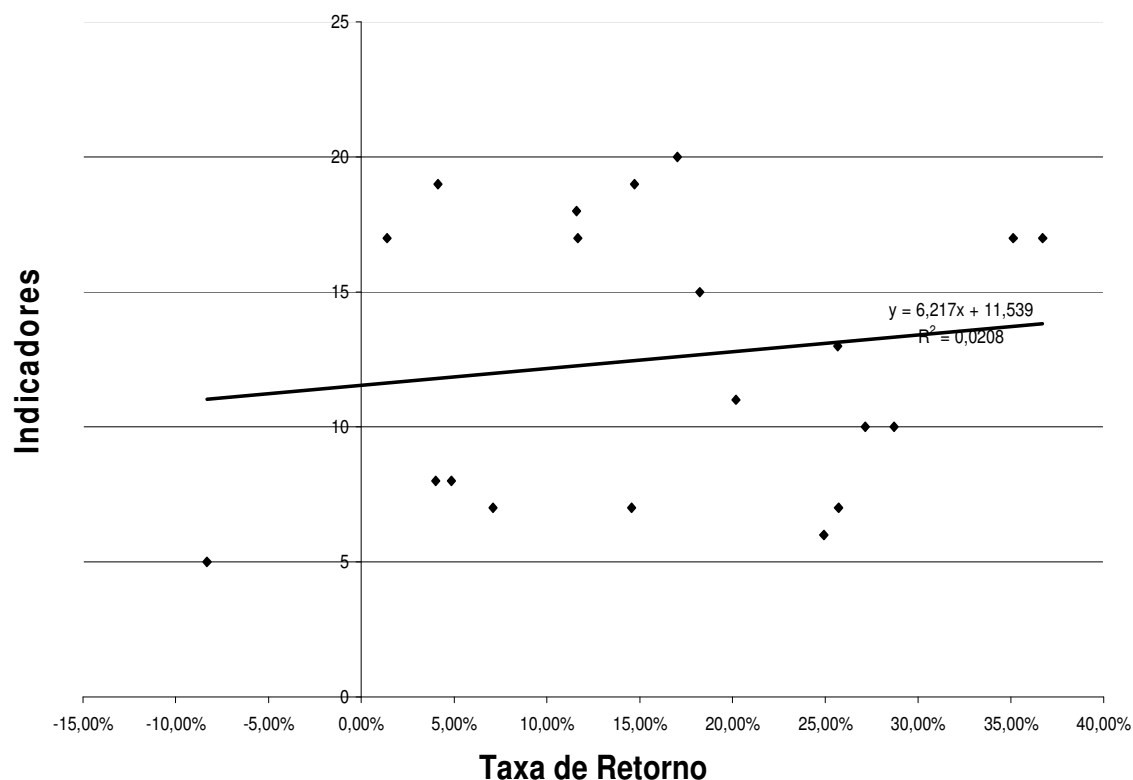
O coeficiente de determinação, ou R^2 , é uma medida do efeito de usarmos uma variável independente, neste caso o Lucro, na redução da incerteza relacionada à previsão da variável dependente (indicadores de ética bancária). Para os dados em questão, R^2 é igual a 0,33.

A raiz quadrada do coeficiente de determinação é chamada *coeficiente de correlação*. Sendo assim, $R=0,58$: uma correlação positiva entre as variáveis Lucro e quantidade de Indicadores Éticos desta instituição.

De maneira geral, pode ser visto pelo nível de significância apresentado na tabela de resultados da Análise de Variância (ANOVA) que há um modelo quando consideramos a variável Lucro como variável independente. O nível de significância calculado é menor que 0,01, portanto, bastante significativo.

Gráfico 8: Regressão Linear simples dos 20 Bancos

Taxa de Retorno versus Indicadores Éticos



Estatística de regressão	
R múltiplo	0,144225162
R-Quadrado	0,020800897
R-quadrado ajustado	-0,033599053
Erro padrão	5,230722218
Observações	20

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	10,46181137	10,46181137	0,382369789	0,544083759
Resíduo	18	492,4881886	27,36045492		
Total	19	502,95			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>
Interseção	11,53926608	2,009909855	5,741185881	1,92301E-05	7,3165989	15,76193326
Variável X 1	6,21696363	10,05394583	0,618360565	0,544083759	-14,90560911	27,33953637

Interpretação dos resultados obtidos entre Taxa de Retorno e Indicadores de Ética, para as 20 instituições selecionadas:

Ao usarmos a variável Taxa de Retorno no modelo, obtemos resultados inferiores aos dos modelos estimados anteriormente. O coeficiente da variável independente é de 6,22, com intervalo de confiança de 95% entre [-14,91; 27,34]. Como é possível verificar, o intervalo contém o zero, e, portanto, não podemos rejeitar a hipótese nula de que ele é diferente de zero. A análise do gráfico também dá indícios desta falta de relação entre as variáveis. É possível ver que a reta de regressão é praticamente horizontal, o que indica a completa falta de relação linear entre as variáveis.

O coeficiente de determinação R^2 deste modelo é baixo (0,02), o que significa que a variável Taxa de Retorno só contribui com 2% na redução da variância da variável de interesse quantidade de indicadores de ética bancária.

O coeficiente de correlação é positivo e igual a 0,14. É o menor coeficiente de correlação entre os quatro modelos estimados.

A tabela de Análise de Variância apresenta nível de significância igual a 0,54, um valor alto e que corrobora com tudo que foi dito sobre esta variável, ou seja, que ela não apresenta relação com a quantidade de Indicadores e, portanto, não contribui para o modelo.

4.6. Comparação entre a amostra de 50 bancos e a amostra de 20 bancos

A pesquisa aplicada à amostra de 50 bancos revelou resultados piores para os quatro modelos de regressão estimados. Para isto, basta verificar o coeficiente de determinação dos modelos. Todos, sem exceção alguma, baixaram os valores de R^2 , conforme pode ser visto na tabela 8, a seguir:

Tabela 8: Comparação entre os R^2 - poder de determinação das regressões realizadas:

Modelo	50 bancos	20 bancos
Lucro/Prejuízo	0,22	0,33
Ativo Total	0,26	0,48
Patrimônio Líquido	0,25	0,53
Taxa de Retorno	0,003	0,02

Fonte: elaboração do autor.

É possível ainda notar que a ordem de importância das variáveis se altera um pouco. Antes, ao invés de o Patrimônio Líquido ser a variável que mais se associava com a quantidade de indicadores de ética bancária, era o Ativo que cumpria esse papel, apesar de seguido bem de perto pelo Patrimônio Líquido. Vale destacar que, com o aumento da amostra, a variável Taxa de Retorno não apresenta relação com a variável dependente do estudo.

Sendo assim, pode-se concluir que as variáveis Ativo e Patrimônio Líquido são as que apresentam maior associação com a quantidade de Indicadores Éticos em Instituições Bancárias. Quanto maior o Ativo ou o Patrimônio Líquido, mais preocupado está o banco em desempenhar um papel de transparência ética perante a sociedade.

Fica claro, também, que a Taxa de Retorno não possui relação com a quantidade de indicadores de ética bancária, ou seja, não é esta variável que determina se uma instituição bancária é mais ou menos preocupada com as questões de ética.

Considerações Finais

Este trabalho procurou, no seu desenvolvimento, verificar se há relação quantitativa entre os conceitos de ética inicialmente estudados e os indicadores de resultados e de porte dos bancos múltiplos privados brasileiros.

O que se nota, na atualidade, é que a sociedade brasileira preocupa-se e reivindica uma postura ética de cada indivíduo e com o seu meio e os fatos atuais no campo político mostram essa necessidade.

Os empresários, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e outras organizações governamentais e privadas expõem a sua preocupação no tocante a assuntos éticos e morais.

Neste trabalho, procurou-se estabelecer uma escrita sobre os conceitos de ética e moral e apurar como as normas, princípios e valores são regulados, principalmente, no sistema bancário brasileiro.

A ética contemporânea surge numa época em que há volumoso progresso científico, técnico e de forças produtoras. Entretanto, as éticas que surgiram no século XIX e as doutrinas éticas atuais, segundo as idéias de Kierkegaard, Sterner ou Marx, permanecem exercendo grande influência na atualidade segundo Vasquez (2004, p. 284).

Assim, à luz dessas informações, procurou-se verificar o grau e a intensidade do relacionamento entre a variável de interesse, denominada de Indicador de Ética do Sistema Bancário, e as variáveis independentes Lucro/Prejuízo, Ativo Total, Patrimônio Líquido e Taxa de Retorno, bem como identificar se possuem alguma correlação, e se esta é ou não representativa.

A pesquisa foi conduzida a partir de uma amostra extraída da revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil, datada de agosto de 2004, que exprime um balanço anual das 10.000 empresas e dos 300 maiores grupos do Brasil, versando sobre Economia e que elaborou um *ranking* regional das maiores companhias, o que pode representar tendências, limitações e certos erros nos resultados. Essa edição traz os dados dos balanços encerrados em Dezembro de 2003.

Foram selecionados os 50 maiores bancos múltiplos privados pelo critério de ativo total. Para toda essa amostra foi realizada detalhada pesquisa nas informações divulgadas por essas instituições através de seus *sites*. Buscou-se, nessa pesquisa, identificar padrões éticos e procedimentos que indiquem preocupação com conceitos relacionados à ética, tais como, a busca de melhor relacionamento com clientes, investidores e funcionários; a busca de transparência; a preocupação com a Governança Corporativa, com a melhor qualidade de informações, entre outros. Com isso, procurou-se construir um Indicador da Ética Bancária.

Após identificar variáveis indicadores de procedimentos éticos, no sentido de obter informações quantificáveis, construiu-se uma tabela que relaciona quatro variáveis econômico-financeiras: lucro líquido, ativo total, patrimônio líquido e taxa de retorno. Os dados econômico-financeiros constituíram-se em variáveis independentes, e os indicadores de procedimentos éticos constituíram-se como variável dependente. Com isso, foram formuladas hipóteses para verificar se o indicador econômico-financeiro influencia ou não o procedimento ético da instituição.

Para realizar a pesquisa adotou-se como metodologia, dentro dos métodos quantitativos, o modelo estatístico de regressão linear simples. O modelo foi aplicado para a amostra de 50 maiores bancos, pelo critério de ativo total. Os resultados não foram satisfatórios do ponto de vista da variável de interesse, ou seja, indicador de ética no sistema bancário, pois apresentavam baixa correlação e baixo poder explicativo, o que indica pouca dependência entre as variáveis.

Numa segunda etapa da pesquisa, partiu-se, intencionalmente, para uma redução da amostra. O mesmo modelo estatístico foi aplicado considerando as 10 primeiras e as 10 últimas instituições financeiras dentro do *ranking* com maior Ativo Total.

Nesse segundo teste, a análise dos resultados revelou que as variáveis associadas ao porte das instituições: Ativo Total e Patrimônio Líquido, são representativas e são as que apresentam maior vínculo com a variável de interesse: quantidade de indicadores éticos bancários; isto é, quanto maior o Ativo Total ou o Patrimônio Líquido, mais preocupado está o banco em possuir uma transparência ética para com a sociedade.

Por outro lado, ficou evidente, pela pesquisa, que a correlação entre Taxa de Retorno e Indicador de Ética é baixa, o que indica que essa variável não é determinante se o banco está mais ou menos preocupado com as questões de ética.

A investigação ocorreu de acordo com os dados apresentados pela própria instituição bancária, o que constitui uma das limitações do trabalho, pois não existe uma regulamentação jurídica, uniforme e padronizada, para as páginas apresentadas ao público em geral. Outra limitação observada é que as amostras para o estudo foram obtidas dentre os principais bancos múltiplos privados, excluindo-se os públicos, de acordo com o *ranking* da citada fonte.

Por outro lado, procurou-se estabelecer no andamento da pesquisa, certos padrões éticos, que de certa forma, são ofertados pelas próprias instituições bancárias, e outras de acordo com as próprias definições de ética e moral. Assim, propõe-se, para outras pesquisas futuras, que sejam pesquisados novos paradigmas que evidenciem a ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEMD. **Associação brasileira de marketing direto**. <http://www.abemd.org.br>. Consultado em 01 ago 2006.

ABREU, Susane Rocha de. **Crianças e adolescentes em situações de risco no Brasil**. Rev. Brasileira de Psiquiatria, vol.24, nº.1, p.5-6. Mar. 2002.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental - novas articulações entre meio ambiente e democracia**. In IBASE/CUT/IPPUR Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: série Sindicalismo e Meio Ambiente nº 3, 7-12. 2000.

ALBERGUINI, Leny Borghesan A.; SILVA, Luis Carlos; REZENDE, Maria Olímpia Oliveira. **Laboratory of chemical residues at the São Carlos campus of the University of São Paulo: results of a pioneering experience in chemical residues management in an university campus**. Quím. Nova. vol. 26, no. 2 pp. 291-295. 2003.

ALMEIDA, José Luiz Telles de; SCHRAMM, Fermin Roland. **Transição paradigmática, metamorfose da ética médica e emergência da bioética**. Cad. Saúde Pública, vol.15 supl.1, p.15-25. 1999.

ANDRE, Iara Regina Nocentini. **Análise geográfica da variabilidade do ozônio estratosférico nas altas e médias latitudes da América do Sul e no setor oriental da Antártida na primavera de 1979/1992 e as relações com a dinâmica atmosférica de 11 a 20 de Outubro de 2000**, Doutorado em Geografia (Tese) – UNESP/IGCE/Rio Claro, 2001.

ANDRE, Iara Regina Nocentini. **Análise do comportamento do ozônio estratosférico na América do Sul e vizinhanças utilizando fotos do satélite NIMBUS7/TOMS**. Anais XI SBSR, Belo Horizonte, Brasil, 05-10 abril 2003, INPE, p. 1117-1124. 2003.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, Jose Maria Rodrigues. **Fundamentos da ética empresarial e econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

ASSUNCAO, João V de; PESQUERO, Célia R. **Dioxinas e furanos: origens e riscos**. Rev. Saúde Pública, vol.33, no.5, p.523-530. Out/1999.

AZUAGA, D. **Danos ambientais causados por veículos leves no Brasil**. Tese de Mestrado. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

BACCIOTTI, Rui Carlos Duarte. **Direito e moral**. São Paulo. Abr./2000. In <http://www.drmaycon.hpg.ig.com.br/Doutrina/teorias/Direito-e-moral.htm>, consultado em 3 ago 2006.

BERGAMINI Jr., Sebastião. **Controles internos como um instrumento de governança corporativa**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V,12 n.24 p. 149-188, Dez/2005.

BRITO, Osias Santana. **Mercado financeiro**. São Paulo: Saraiva. 2005.

BUSSAB, Wilton. O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**, 6^a ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPOS, Michele; GREIK Michl; VALE, Tacyanne do. **História da ética**. CienteFico. Ano II, v. 1, Salvador, 2002.

CARDEDAL, Olegário Gonzalez de, **Ética y religion**. Madri: Ediciones Cristiandad, 1977.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

CORREIO DA BAHIA – <http://www.correiodabahia.com.br>, consultado em 20 Jul 2006.

DENNY, A. Ercílio. **Ética e sociedade**. Capivari: Opinião, 2001.

DENNY, A. Ercílio. **Fragments de um discurso sobre liberdade e responsabilidade**. Campinas: Edicamp, 2003.

DOELLINGER, Carlos Von. **Sistema bancário e desenvolvimento**. In <http://www.caringi.com.br/aberj/sistemabanc.htm>, consultado em 06/10/05.

DUARTE Jr, Antonio M., VARGA, Gyorgy. **Gestão de riscos no Brasil**. Rio de Janeiro: Financial Consultoria, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

EKUNI, Katia Midori. **Marketing social nas organizações com fins lucrativos: uma vantagem competitiva**. Dissertação de Mestrado em Administração na PUC-SP, 2002.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. **Metrópole sustentável?: não é uma questão urbana**. São Paulo: Perspectiva, vol.14, no.4, p.139-144. out./dez. 2000.

FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. **Aspectos ético-jurídicos da responsabilidade civil do médico em prática liberal**. Rev. Saúde Pública v.24 n.6. São Paulo. dez. 1990.

FORLIN, Flávio J.; FARIA, José de Assis F. **Considerations about packing plastics recycling**. Polímeros, vol.12, no.1, p.1-10. 2002.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. **As ongs e o espaço público no Brasil**. Revista Presença, no 2, pp. 26-36. 2002.

GAZETA MERCANTIL. **Balanço anual**. ano XXVIII – nº 28, Agosto 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7ª. Ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GOMES, Wilson da Silva. **Propaganda política, ética e democracia**. Organizado por MATOS, H. MÍDIA, Eleições de democracia. São Paulo, 1994, p.53-90. In: <http://www.facom.ufba.br/etica>, consultado em 1 Ago 2006.

HARE, R. M. **A Linguagem da moral**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

INSTITUTO ETHOS. In www.ethos.org.br, consultado em 4 Ago 2006.

ISBEE **International Society for Business Economics and Ethics**. In <http://www.isbee.org>, consultado em 4 Ago 2006.

KERBS, Raúl. **A ética no pós-modernismo**. In http://dialogue.adventist.org/index_p.htm. consultado em 1 Ago 2006.

KEELING, Michael. **Fundamentos da ética cristã**. São Paulo: Associação de Seminários Teológicos Evangélicos. 2002

KOTLER, Phillip; ARMSTRONG, Gary, **Introdução ao marketing**, 4ª edição, Rio de Janeiro: LTC editora - Livros Técnicos e Científicos Editora S. A, 1997.

LAFER, Celso. **Desafios: ética e política**, São Paulo: Siciliano, 1995.

Lei n. 8.078, de 11 de Setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto 2.181/97, trata do Código de Defesa do Consumidor.

Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 – trata da educação ambiental. Brasília, 1999.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: Editora LTC S.A., 1998 (traduzida em 2000).

LISBOA, MARIJANE VIEIRA. **Em busca de uma política externa brasileira de meio ambiente: três exemplos e uma exceção à regra**. São Paulo: Perspectiva, vol.16, no.2, p.44-52. abr./jun. 2002.

MAMEDE, S.B.; ALHO C.J.R. **Turismo de contemplação de mamíferos do Pantanal: alternativa para uso sustentável da fauna**. IV Simpósio sobre recursos naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2004.

MARGULIS, Sergio. **Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira**. Banco Mundial, 1ª ed. Brasília, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Quality of life and health: a necessary debate**. Ciência saúde coletiva, vol.5, no.1, p.7-18. 2000.

MOREIRA, Roberto Leonardo. **Transparência e Basiléia II**. In: Duarte Jr, Antonio Marcos; VARGA, Gyorgy (organ.). **Gestão de riscos no Brasil**. Rio de Janeiro: Financial Consultoria, págs 53-70, 2003.

MOTTA, Ronaldo Seroa da; FERRAZ, Claudio; YOUNG, Carlos E. F.; DUNCAN, Austin; FAETH, Paul. **O mecanismo de desenvolvimento limpo e o financiamento do desenvolvimento sustentável no Brasil**. In: <http://www.ipea.gov.br>.

NASH, Laura L. **Ética nas empresas**. Rio de Janeiro: Makron Books, 2001.

NOVO AURÉLIO: **Século XXI: O dicionário da língua portuguesa**, 3^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

PELOSI, Sergio; FRANCHI, Massimo. ***Multiple survey of environmental conditions in Varano lagoon (South Italy)***. Quím. Nova, vol.26, no.6, p.789-794. Nov./Dec. 2003.

Resolução n. 2.099, de 17 de Agosto de 1994, do Banco Central do Brasil.

Resolução n. 2.554, de 24 de Setembro de 1998, do Banco Central do Brasil.

SCANTIMBURGO, João de. **Política e ética**. São Paulo: LTr, 2002.

SILVA, Marluze Ferreira de Andrade. **Três abordagens sobre a ética**. Información Filosófica, Año II, nº 1, p. 63-80.

SECURATO, José Roberto, (organ.). **Crédito – análise e avaliação do risco: pessoas físicas e jurídicas**. São Paulo: Saint-Paul, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22^a ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2002

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SROUR, Robert Henry, **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué da. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIEIRA, A.R.; OLIVEIRA R.M.; MATOS J.S.; BARBOSA A.E. **Controlo da poluição de escorrências pluviais de vias rápidas em Portugal**. Congresso da Água, Porto, APRH, 2002.

ZAJDZNAJDER, Luciano. **Ser ético**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Décio; MACHADO FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro. **Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações.** Working paper, 2003. In <http://www.ead.fea.usp.br/wpapers/> consultado em 1 Ago 2006.

Lista de sites visitados no decorrer do mês de outubro de 2005:

- 1) **ABC BRASIL – SP** - <http://www.abcbrasil.com.br>
- 2) **BANCO ALVORADA – BA** - Não possui site
- 3) **BANCO BVA – RJ** - <http://www.bancobva.com.br>
- 4) **BANCO HSBC – SP** - <http://www.hsbc.com.br>
- 5) **BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO – SP** - <http://www.finasa.com.br>
- 6) **BANCO REAL/ABN AMRO BANK – SP** - <http://www.abnamro.com.br>
- 7) **BANDEPE – PE** - <http://www.bandepe.com.br>
- 8) **BANEB – BA** - <http://www.baneb.com.br>
- 9) **BANERJ – RJ** - <http://www.banerj.com.br>
- 10) **BANESPA – SP** - <http://www.banespa.com.br>
- 11) **BANESTADO – PR** - <http://www.banestado.com.br>
- 12) **BANKBOSTON – SP** - <http://www.bankboston.com.br>
- 13) **BBM – BA** - <http://www.bbmbank.com.br>
- 14) **BEMGE – MG** - <http://www.bemge.com.br>
- 15) **BICBANCO – SP** - <http://www.bicbanco.com.br>
- 16) **BMC – SP** - <http://www.bmc.com.br>
- 17) **BMG – MG** - <http://www.bancobmg.com.br>
- 18) **BNP PARIBAS – SP** - <http://www.bnpparibas.com.br>
- 19) **BOAVISTA INTERATLÂNTICO – SP** - Não possui site
- 20) **BRADESCO – SP** - <http://www.bradesco.com>
- 21) **CITIBANK – SP** - <http://www.citibank.com/brasil>
- 22) **CNH CAPITAL – PR** - <http://www.bancocnh.com.br>
- 23) **CRUZEIRO DO SUL – SP** - <http://www.bcsul.com.br>
- 24) **DEUTSCHE BANK – SP** - <http://www.deutsche-bank.com.br>
- 25) **DIBENS – SP** - <http://www.bancodibens.com.br>
- 26) **FIAT – SP** - <http://www.bancofiat.com.br>
- 27) **FIBRA – SP** - <http://www.bancofibra.com.br>
- 28) **FINASA – SP** - <http://www.finasa.com.br>
- 29) **GENERAL MOTORS – SP** - <http://www.bancogm.com.br>
- 30) **HSBC BANK – PR** - <http://www.bancohsbc.com.br>

- 31) **ITAÚ – SP** - <http://www.italy.com.br>
- 32) **ITAÚ BBA – SP** - <http://www.italy.com.br>
- 33) **JPMORGAN – SP** - <http://www.jpmyrgan.com>
- 34) **MERCANTIL DO BRASIL – MG** - <http://www.mercantil.com.br>
- 35) **PACTUAL – RJ** - <http://www.pactual.com.br>
- 36) **PANAMERICANO – SP** - <http://www.panamericano.com.br>
- 37) **RABOBANK – SP** - <http://www.rabobank.com>
- 38) **RURAL – RJ** - <http://www.rural.com.br>
- 39) **SAFRA – SP** - <http://www.safra.com.br>
- 40) **SANTANDER – RJ** - <http://www.santander.com.br>
- 41) **SANTANDER BRASIL – SP** - <http://www.santander.com.br>
- 42) **SANTANDER MERIDIONAL – RS** - <http://www.santander.com.br>
- 43) **SANTOS – SP** - <http://www.bancosantos.com.br> (em intervenção)
- 44) **SUDAMERIS – SP** - <http://www.sudameris.com.br>
- 45) **TOKYO MITSUBISHI – SP** - <http://www.btm.com.br>
- 46) **UNIBANCO – SP** - <http://www.unibanco.com.br>
- 47) **UNICARD BANCO – SP** - <http://www.unicard.com.br>
- 48) **VOLKSWAGEN – SP** - <http://www.bancovw.com.br>
- 49) **VOTORANTIM – SP** - <http://www.bancovotorantim.com.br>
- 50) **WESTLB – SP** - <http://www.westlb.com.br>